



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**A BURGUESIA E A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA VENEZUELANA NO SÉCULO
XX**

AMANDA ORGUIM SIMIONI

Foz do Iguaçu

2018

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**A BURGUESIA E A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA VENEZUELANA NO SÉCULO
XX**

AMANDA ORGUIM SIMIONI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Estado, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Wexell Severo
Co-orientadora: Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira

Foz do Iguaçu
2018

AMANDA ORGUIM SIMIONI

A BURGUESIA E A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA VENEZUELANA NO SÉCULO

XX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Luciano Wexell Severo -
UNILA

Co-orientadora: Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira -
UNILA

Prof. Dr. Felix Pablo Friggeri - UNILA

Prof. Dr. Fernando Correa Prado - UNILA

Dedico este trabalho ao bravo povo venezuelano.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo quero agradecer a minha mãe: Julia Orguim da Silva que sempre me apoiou e entendeu minha liberdade, acreditou em mim e depositou seu voto de confiança para que eu fosse atrás da minha curiosidade sobre o mundo. Essa pessoa demonstrou que o amor como sentimento genuíno não cabe nas noções de possessividade tão latentes em uma sociedade que opera segundo a lógica da propriedade privada. Ainda, quero agradecer o apoio que recebi de outros familiares e dedico a essas pessoas que acompanharam meu processo e minhas dores ao escrever esse trabalho. Especialmente, à minha madrinha Angélica Mari Simioni, meu padrinho João Carlos Orguim da Silva e minha avó Honorata Simioni.

Ao meu professor orientador Professor Dr. Luciano Wexell Severo, às reflexões proporcionadas e a minha Co-Orientadora Professora Dra. Renata Peixoto de Oliveira pela orientação e por reflexões partilhadas, pela amizade e cuidado nesse processo que o tornou menos solitário. Sobretudo, pelo encontro e descobrimento da Venezuela, em todas as suas cores.

Às pessoas com quem pude conversar e refletir sobre o tema em Caracas, na pesquisa de campo realizada em Agosto do presente ano: José Felix Salas, Carlos Andrés P. Figueiredo (Jecke), Miguel Cortez, Bruno Sgarzini, Luis Salas Rodriguez, Caio Clímaco, Leonardo Calzadilla, Gabriela Southier, Luís Mamaina, Manuel Gonzalo Anteliz, Marielsy Lugo, Marco Teruggi, entre outras tantas pessoas. Às amigas e aos amigos do Coletivo Minka de Caracas e à Casa Azul. Todas as pessoas que conheci durante a viagem ocupam um lugar muito especial na memória porque fizeram com que eu me sentisse acolhida em um território, até então, desconhecido; todas e todos deixaram um pouco de si na minha história, ainda que o encontro tenha se dado nesse espaço tão efêmero e enriquecedor que é a estrada. À minha amiga e colega Beatriz dos Santos Abreu, com quem eu partilhei a viagem desde o Brasil até a Venezuela e tantos momentos que fazem parte de uma experiência da magnitude da que tivemos.

Às minhas amigas e meus amigos que me deram apoio e cuidado em Foz do Iguaçu e que tantas vezes refletiram comigo sobre que sociedade queremos construir: Diego Luiz Ribeiro de Oliveira Martins, Lívia Brito Barbosa, Marina Magalhães, Thuany Maria de Melo Souza, Laura Lobato Daher, Camila Regina Copetti, Rafael Giovanetti Teixeira, Vitória Morgado Mazzoccante, Vitória Assis e Karen de Oliveira Campos que me acompanharam

durante a trajetória de escrita da tese e foram fundamentais nesse processo e também na minha caminhada na UNILA.

Às minhas professoras e meus professores e às colegas e aos colegas de curso pelo incentivo e pelas discussões compartilhadas.

SIMIONI, Amanda Orguim. **A burguesia e a crise da dívida pública externa venezuelana no século XX**. 2018. 76 pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar qual é a relação da Venezuela com o sistema-mundo capitalista e como ocorre sua inserção no sistema financeiro internacional a partir da análise do fenômeno do endividamento externo que, ao ser levado às últimas consequências, explodiu em uma crise social em 1989 após a Venezuela aplicar o Plano de Ajuste Estrutural (PAE) do Fundo Monetário Internacional (FMI), culminando no evento conhecido como *Caracazo*. Essa crise social expõe o esgotamento de um modelo de desenvolvimento econômico irracional e insustentável, que adquire outros contornos à medida que a dimensão financeira ganha significativa importância com o final de Bretton Woods e a financiarização da economia mundial. Serão abordadas as razões e as transformações no sistema econômico mundial e, especificamente, na economia venezuelana. A base teórica utilizada parte das produções de pensadores marxistas, neomarxistas e estruturalistas. O primeiro grupo têm pesquisas sobre as transformações no sistema-mundo capitalista e seus impactos nas economias latino-americanas enquanto os dois últimos, mais especificamente, têm análises sobre o fenômeno do endividamento externo na América Latina.

Palavras-chave: Endividamento externo. Financiarização. Burguesia. Desenvolvimento Econômico. Venezuela.

SIMIONI, Amanda Orguim. **La burguesía y la crisis de del endeudamiento externo venezolano en el final del siglo XX.** 2018.76 pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) –Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar la relación de Venezuela con el sistema-mundo capitalista y cómo ocurre su inserción en el sistema financiero internacional a través del análisis del fenómeno de endeudamiento externo que, al llevarse hasta las últimas consecuencias, explotó en una crisis social en 1989 después de la aplicación del Plan de Ajuste Estructural (PAE) del Fondo Monetario Internacional (FMI), culminando en el evento conocido como *Caracazo*. Esta crisis social expuso el agotamiento de un modelo de desarrollo económico irracional e insostenible, que asume nuevos contornos mientras más la dimensión financiera gana significativa importancia con el final de Bretton Woods y la financiarización de la economía mundial. Este aspecto será analizado a partir del histórico del endeudamiento externo venezolano y del abordaje de las razones y transformaciones en el sistema económico mundial y, más particularmente, de la economía venezolana. El apoyo teórico utilizado para la formulación de esta tesis está basado en los escritos de pensadores marxistas, neomarxistas y estructuralistas. El primer grupo tiene investigaciones sobre las transformaciones en el sistema-mundo capitalista y sus impactos en las economías latinoamericanas mientras los dos últimos tienen análisis más específicas sobre el fenómeno de endeudamiento externo en América Latina.

Palabras clave: Endeudamiento externo. Financiarización. Burguesía. Desarrollo económico. Venezuela.

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 - Evolução da produção de petróleo durante o século XX na Venezuela em relação ao seu abastecimento da economia mundial.....	24
Tabela 2 - Distribuição das concessões outorgadas na Venezuela em 1907.....	27
Tabela 3 - Distribuição das concessões petrolíferas por empresas concessionárias em 1965...	29
Tabela 4 - Produção de petróleo por concessionário em 1967.....	29
Tabela 5 - Evolução da produção de petróleo durante o século XX na Venezuela em relação ao seu abastecimento da economia mundial.....	31
Tabela 6 - Cifras no momento da suspensão do pagamento de juros e amortização em 1867.	56
Tabela 7 - Dívida Pública oficial em milhões de bolívares.....	58
Tabela 8 - Pressão da dívida pública externa na economia venezuelana.....	59
Tabela 9 - Balanço de Pagamentos e Reservas Internacionais (1973-1983).....	60
Tabela 10 - Dívida Pública Externa em milhares de milhões de dólares.....	61
Tabela 11 - Termos de contratação da Dívida Pública.....	62
Tabela 12 - Transferência líquida de recursos para o exterior por conceito da dívida externa de longo prazo em milhões de dólares.....	63
Tabela 13 - Acordos de reestruturação da dívida externa acordados com a banca credora em 1986 e 1987.....	64

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1 - Crescimento do PIB da Venezuela entre os anos de 1951-1985.....39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Ação Democrática
AAB	Agenda Alternativa Bolivariana
BCV	Banco Central da Venezuela
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BM	Banco Mundial
BIS	Banco de Compensações Internacionais
CIA	Agência Central de Inteligência
COPEI	Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
EUA	Estados Unidos da América
FC	Fuga de capital
FED	Federal Reserve
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
IPC-AMC	Índice de Preços ao Consumidor da Região Metropolitana de Caracas
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAE	Plano de Ajuste Estrutural
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.O SISTEMA-MUNDO E ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS	15
2. HISTÓRIA ECONÔMICA DA VENEZUELA: DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA À POTÊNCIA PETROLEIRA	22
2.1.2 Venezuela Agroexportadora	23
2.1.3Potência Petroleira	24
3. O CAPITALISMO RENTISTA VENEZUELANO E A BURGUESIA	41
3.1 QUEM TEM MEDO DA BURGUESIA VENEZUELANA?	41
3.2 FORMAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO VENEZUELANO	44
3.2.1 Fuga de Capitais e desequilíbrio no Balanço de Pagamentos	48
4. A CRISE DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO VENEZUELANO	53
4.1 BREVE HISTÓRIA DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO VENEZUELANO	54
4.1.1 A Dívida Externa no Século XIX	55
4.1.2 A crise do Endividamento Externo no Século XX	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Um traço em comum ainda hoje às economias latino-americanas, em sua grande maioria, é a sua dominação perpetrada desde as praças financeiras pertencentes a uma elite planetária. Esse processo não fica confinado às fronteiras nacionais (BELLUZZO, COUTINHO, 1998, p. 137; CHESNAIS, 1996), nesse contexto, a dívida externa adquire expressividade ainda maior e é parte importante no próprio movimento de financiarização da economia (CHESNAIS, 1996). Por isso, o presente trabalho será introduzido com considerações importantes acerca do movimento de financiarização da economia e a transformação da dívida externa enquanto instrumento de garantia da liquidez mundial e de transferência de riqueza Sul-Norte no capítulo primeiro.

Os dois eixos principais do trabalho são a análise da economia venezuelana e do endividamento externo desde a economia política. Ambos temas tem uma trajetória de pesquisa consolidada dada sua importância incontestável¹, as contradições de uma economia rica em petróleo e que ainda sim mantém seu *status* de dependência e a dívida pública externa financiada com a banca e organismos bilaterais e multilaterais, essa última acentuada a partir dos anos 1970 em um contexto de deterioração do cenário econômico mundial, dada uma situação que combinou uma crise nos preços do petróleo, crise cambial, elevados e voláteis fluxos de capital e aumento da taxa de juros.

A dívida pública externa é um assunto urgente e que por vezes esquece a humanidade e a indissociabilidade das relações humanas, o impacto que representa na vida de um contribuinte que não movimentou as imensas somas capitalizadas do exterior (HIRSCH, 1995). É sempre o elo mais frágil dentre transações onde credores e devedores multiplicam capital em velocidades cada vez mais alucinantes². Cada vez mais a pesquisa sobre a dívida externa torna-se mais acessível e mais humana, voltando-se para suas consequências sobre os povos dos países agrupados no chamado terceiro-mundo. Esse é o intento do presente trabalho, diagnosticar a crise do endividamento externo venezuelano no século XX bem como

¹O debate da dívida pública deve manter-se no centro dos debates da opinião pública e da academia, com investigações de alto rigor científico e metodológico, porque, quando não se mantém há o fenômeno que ocorre em meados dos anos 90, quando regressa a fuga de capitais (SMITH, 2016, p. 16), segundo Fiori, isso se manifesta no encolhimento e enfraquecimento das teorias de corrente heterodoxa, uma avassaladora hegemonia das ideias liberais e o debilitamento temporal dos estruturalistas, marxistas e nacionalistas foram responsáveis pelo encolhimento de debate intelectual em temas de alto grau como é o caso da dívida externa (FIORI, 2001, p. 40).

²Essa é uma das respostas que encontra o capital financeiro frente à crise de superacumulação, diminuir o tempo de giro das transações (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2008).

analisar a importância que adquire na receita do Estado, refletindo na vida de suas cidadãos e seus cidadãos ao ver reduzido seu poder de gasto e investimento.

Essa pesquisa tem metodologia exploratória e histórica e utiliza o arcabouço teórico marxista e neomarxista, baseia-se na contribuição de autores como François Chesnais, Eric Toussaint, David Harvey, Vladimir Lênin, Karl Marx, Stephany Griffith-Jones, Ruy Mauro Marini, Osvaldo Sunkel, José Luis Fiori, Franklin Serrano, Hector Malavé Mata, Domingo Maza Zavala, Carlos Rafael Silva, Manuel Rodriguez Trujillo, Emílio Medina Smith, entre outros. Para compreender acerca do complexo sistema monetário internacional ao passo que as transformações na economia venezuelana estão vinculadas a esse sistema em grande parte, assim como o próprio fenômeno do endividamento. Esse último entendido em dois momentos: 1. Após a criação da economia nacional inglesa; 2. Após a financiarização da economia ao final de século XX.

Os objetivos do trabalho são responder às seguintes perguntas: qual é o impacto dos monopólios na economia venezuelana e como esse fenômeno constrói uma burguesia desnacionalizada? Quais são as consequências da racionalidade econômica da burguesia? Como se formou o déficit e sob quais condições foram estabelecidos os empréstimos a partir de 1970? Como estiveram caracterizados os financiamentos do déficit público e com quem foram contraídos no século XX?

O pontapé inicial do trabalho é uma recapitulação do esforço teórico realizado sobre as transformações do Sistema-Mundo capitalista e das abordagens teóricas e importantes contribuições teóricas prévias à leitura da pesquisa. O principal objetivo do capítulo é situar a leitora ou o leitor sobre as abordagens teóricas utilizadas para embasar a pesquisa.

O segundo capítulo tem como objetivo contextualizar a inserção da Venezuela no sistema-mundo capitalista. Dada a importância do desenvolvimento do próprio processo nas transformações sentidas pela sociedade venezuelana será analisado o papel da burguesia venezuelana no que chama Hector Malavé Mata de ‘anti-desenvolvimento’, quais são objetivamente os impactos da aliança da burguesia desnacionalizada com o capital transnacional na economia? Quais são as principais transformações na economia venezuelana e as mudanças no projeto de desenvolvimento econômico do país no século XX? Como um país tão rico fez padecer a grande maioria de sua população em detrimento dos interesses de uma reduzida parte da população nacional? Por que isso é importante para entender a dívida pública externa? São as principais perguntas que esse capítulo tem objetivo de responder;

No terceiro capítulo será abordada a dimensão conceitual do capitalismo rentista venezuelano, será realizada uma análise mais aprofundada da racionalidade econômica da burguesia venezuelana. Será relacionado o desequilíbrio no balanço de pagamentos com a fuga de capitais e as consequências que esse fenômeno representa para o orçamento do Estado.

No último capítulo será recapitulado o histórico da dívida externa venezuelana no século XIX e XX a fim de demonstrar as origens e as consequências do endividamento externo para a economia venezuelana e o desenvolvimento econômico do país.

A análise do endividamento externo que se intensifica a partir de 1970 coloca o Estado em uma situação insustentável devido a sua racionalidade econômica e às transformações ocorridas na economia mundial, estudar o tema demonstra que é imprescindível tratá-lo com responsabilidade, seja do ponto de vista do Executivo, da Academia ou da Opinião Pública. Ao final da leitura da investigação será possível compreender por que.

1. O SISTEMA-MUNDO E ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS

O íterim entre os séculos XVI e XX complexifica e difunde os mecanismos mantenedores das dívidas externas por oligarquias que detém o capital e o monopólio de companhias transnacionais, bancos e uma série de outras instituições, uma união dos capitais industriais e bancários. Esse grupo conduz a economia mundial e toma importantes decisões que afetam a economia e a política mundial em conjunto, através de serviços de empréstimo de instituições financeiras não-bancárias, como o Fundo Monetário Internacional e o grupo Banco Mundial. Essas decisões impactam diretamente na vida das populações (TOUSSAINT, 2006). O endividamento insere-se nesse contexto, em grande medida retroalimentado por essa classe através da fuga de capitais, que motiva e determina a continuidade de um pacto político onde predomina elevado grau de desigualdade social (GRIFFITH-JONES, SUNKEL, 1990; TOUSSAINT, 2004, 2006).

A dívida externa é utilizada como instrumento para aumentar o acúmulo de poder por parte das grandes potências, mantendo os Estados sujeitos a essa lógica (FIORI, 2004). Durante o trabalho será exposto sob quais condições ocorre o endividamento externo e em que medida é eficiente na manutenção do Estado sujeito aos interesses de credores internacionais (HIRSCH, 1995). Esse espaço financeiro mundial tem como denominador comum a unificação garantida pelos operadores financeiros, segundo diferentes graus da compartimentação desse sistema (câmbios, obrigações, ações, etc). Nesse sistema, a “mundialização do capital” trata-se de um fenômeno que agrega em si a consolidação do espaço financeiro mundial e consolidou-se unicamente pelo desbloqueamento regulamentar e interligação em tempo real entre os mercados financeiros nacionais a nível mundial devido às decisões tomadas e operações efetuadas pelos gestores das carteiras mais importantes e internacionalizadas. Há uma aproximação de conduta global para um grande grupo oligopolístico. Portanto, não é equivocada a personificação dos mercados. Por essa razão, é equivocado atribuir essa característica essencialmente às tecnologias uma vez que a consolidação desse espaço ocorre nas operações que transformam uma virtualidade técnica em fato econômico, englobadas por uma série de ações virtuais que são praticadas por pessoas (CHESNAIS, 1996, p. 9-12).

O processo de união entre governo e capital aperfeiçoado intensifica a importância da dívida externa enquanto instrumento de sujeição política³ utilizado pelo Estado. A criação do mercado nacional inglês após a Revolução Gloriosa no século XVII, inaugura uma etapa do sistema-mundo como aponta Fernand Braudel (1987) e como aponta Karl Marx (2013) em suas leituras sobre a dívida pública e a hegemonia inglesa:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro (MARX, 2013, p.821)

A dívida pública instituída com a união entre credores internacionais e os Estados nacionais configura-se enquanto uma forma de transferência líquida de riqueza e de controle das economias nacionais, como será melhor debatido no trabalho no capítulo três: onde é realizada a análise da dívida externa venezuelana.

As mudanças e as manobras financeiras sobre o endividamento externo público aumentam as somas da dívida baseando-se exclusivamente no capital usurário: os credores mediante uma espécie de “magia financeira ou artifício rentístico” elevam o montante da dívida (ZAVALA *apud* HIRSCH, 1995, p. 5). Ao retomar o histórico da dívida externa venezuelana no início do século XX, há o evento da invasão de navios ingleses e alemães cobrando o pagamento da dívida externa do Estado⁴, em 1902, durante o período em que o

³ Como consta no item 6 do capítulo 24 de *O Capital* de Karl Marx (2013) e na obra “A dinâmica do capitalismo” (1987), coexistem na Idade Média duas formas distintas do capital: o capital usurário e o capital comercial. O regime feudal no campo e a constituição corporativa das cidades impediram o capital monetário, constituído pela usura e pelo comércio, de se converter em capital industrial. Essas barreiras caíram com a dissolução dos séquitos feudais e com a expropriação e a parcial expulsão da população rural’ a isso somada a exploração colonial com a espoliação da mão-de-obra e integração dos mercados mundiais sob as potências europeias (vide a atuação na América Latina, Índia, China e África). Assim sendo, a formação de um sistema-mundo capitalista ocorre com a aliança entre burguesia e Estado, a primeira financia o segundo e cria-se uma relação indissociável, criando uma aliança mundial de classe, uma classe dominante constituída pela união entre Estado e Finanças que a partir da união entre Estado Territorial e economia nacional aperfeiçoa a dívida pública, o que leva ao entendimento de que o desenvolvimento capitalista não foi uma obra exclusiva de suas grandes corporações privadas. Tampouco que as revoluções (do poder capitalista) se fazem somente a partir de leis (BRAUDEL; 1987; FIORI, 2004; MARX, 2013, p. 820).

⁴ Ação realizada a fim de cobrar os juros dos credores internacionais e pressionar o governo de Cipriano Castro que privilegiava a burguesia nacional latifundiária ante os interesses desses credores. O governo de Castro entrou em uma inflexão com a empresa *New York and Bermúdez Co.* que desenvolvia uma das primeiras concessões de

padrão monetário internacional dominante era Libra-Ouro e já havia consolidado-se a integração dos mercados mundiais sob esse padrão monetário internacional.

A consolidação dos monopólios após a década de 1873 configura uma etapa do capitalismo que dará o tom da economia e política mundiais. Os monopólios, segundo Lênin (1870 - 1924), guardam quatro características fundamentais: nasceram da concentração da produção; desenvolveram-se por meio dos bancos e se apropriaram do controle das principais matérias-primas, aumentando, assim, o poder do grande capital. Ainda, os monopólios são resultado da política colonial (LENIN, 1982, p. 122-123). O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo entre as maiores potências capitalistas (LENIN, 1982, p. 88).

O ensaísta britânico Walter Bagehot (1826 - 1877) funda em seu livro *A Description of Money Market* (1873) as regras que regem as reservas e intervém sobre o valor da moeda inglesa. Para o autor, o Estado devia intervir de duas formas sobre o crédito no caso de esgotamento de suas reservas: emprestar em regime liberal, se o esgotamento tivesse uma origem interna; aumentar sua taxa de desconto em caso de esgotamento externo. Esse sistema manteve-se com a cumplicidade da classe que integrava as altas finanças mundiais (BRUNHOFF, 1996, p. 57). Os interesses financeiros eram dominantes ao passo que o trabalho tinha pouca influência política, e os políticos não eram tidos como responsáveis das recessões econômicas como o são agora (OBSTFELD, 1995 *apud* BRUNHOFF, 1996, p. 58).

O mercado de câmbios era à época co-gerido pela conexão das duas circulações da moeda, doméstica e internacional, com base na equivalência ao ouro que só podia realizar-se através da atividade conjunta dos financiadores e dos bancos centrais dos grandes países capitalistas. O paradoxo está dado pelo contraste durante o período de 1880-1914, entre o pacifismo monetário do padrão-ouro e o tensionamento nas relações interestatais: protecionismo comercial (com exceção da Grã-Bretanha) e rivalidades imperialistas na disputa pela extensão dos territórios econômicos nacionais. Depois da Primeira Guerra

asfalto, outorgada em 1893, que assignava toda a superfície do Lago Guanoco, no estado Sucre. Essa empresa teve sua concessão suspensa e foi multada por sua interferência direta na política nacional aliada ao general e banqueiro Manuel Antonio Matos, esse episódio ficou conhecido como *Guerra do Asfalto* (D'ORAZIO, 2007, p. 228-229; HIRSCH, 1995, p. 39; LIEUWEN, 2016; SEVERO, 2009).

Mundial e da Revolução Russa ocorreram profundas alterações internacionais e internas das relações de forças entre países capitalistas desenvolvidos, particularmente com o novo papel assumido pelos Estados Unidos (BRUNHOFF, 1996).

A partir de F. Roosevelt e as reformas do New Deal foi gestado um sistema monetário muito mais flexível fundado sobre a moeda de crédito. A moeda foi liberada de seu limite metálico porque sua emissão estava ancorada à extensão do crédito no sistema bancário, isso incentivou a lógica de expansão do capital financeiro, a multiplicação e a alta liquidez da moeda através do sistema de crédito. O Federal Reserve (FED) enquanto banco central dos EUA entendia as implicações da autonomia da moeda em relação à banca privada que estava no centro da atividade econômica (GUTTMAN, 1996, p. 80-82).

O aumento da taxa de juro em um cenário de alta mobilidade de capitais mudou as condições de financiamento interno e externo das economias nacionais, estando as últimas subordinadas às condições do mercado financeiro que exerce influência sobre a política macroeconômica. A regulação feita pelo Estado tornou-se refém do comportamento da moeda nacional no mercado de câmbios e das novas normas das finanças internacionais: remuneração elevada e fraca inflação (CHESNAIS, 1996).

A fluidez crescente dos fluxos monetários e financeiros no espaço e no tempo é um dos aspectos importantes da mudança dos problemas da equivalência das moedas e da dissociação entre padrão e unidade de conta internacional. Há uma mudança das formas de centralização monetária internacional ou das modalidades de compromisso hierárquico que desaparece ao longo de 1930. Ocorre após a Segunda Guerra Mundial uma política monetária nacional embrionada em uma política interna de financiamento. As práticas de câmbio foram dominadas pela retomada do comércio internacional e pela utilização do dólar como veículo das transações entre os países. No ano de 1944 já havia uma condição de superioridade monetária e financeira dos EUA que, com o acúmulo de $\frac{2}{3}$ das reservas mundiais de ouro, tem as condições para estabelecer nas conferências da ONU em New Hampshire (1944) um regime monetário internacional a seu favor e a criação de Instituições fundadas com base nesse padrão monetário internacional. Decidiu-se adotar um regime de câmbios relativamente fixos centrado no dólar, simultaneamente unidade de conta e padrão monetário, com uma paridade de 35 dólares em relação ao ouro. Foi dada a possibilidade que as moedas nacionais viabilizassem as trocas internacionais, no entanto, só quando convertidas em ouro (GUTTMAN, 1996; MEDEIROS, SERRANO, 1999).

O regime de Bretton Woods começou a apresentar falhas. Na década de 60, começou a sentir-se o estrangulamento do sistema gerado por uma alta concentração de ouro dos Estados Unidos e outras sete potências quando foi reaberto, em 1954, na cidade de Londres, o mercado do ouro que se soma à especulação do dólar. Esses dois acontecimentos geram mundialmente a queda na confiabilidade do dólar e da produtividade dos EUA, que entra em uma crise de estagflação e necessita abandonar as políticas econômicas de Bretton Woods para reorganizar sua economia nacional (BAER, LICHTENSZTEJN, 1986).

A mundialização do capital consolida-se após um período de enfraquecimento do sistema financeiro internacional frente à saturação dos mercados internos de países da Europa Ocidental e Japão conjuntamente à formação do mercado do euro-dólar e contração de crédito em 1966-1967. Esses acontecimentos sinalizaram o enfraquecimento dos EUA enquanto reguladores do sistema juntando-se a movimentos como a corrida industrial das multinacionais no sudeste asiático e à queda da produtividade e da lucratividade corporativas. Os Estados Unidos se viram na última situação obrigados a provocar uma inflação frente ao começo de um problema fiscal (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2008).

Em 1970, é intensificada uma mudança rumo à total financiarização da economia. Esse movimento é intensificado nos EUA e no Reino Unido devido ao aumento da participação das finanças desregulamentadas no mercado mundial combinada às políticas internas para combater a deflação monetária. Essas políticas foram adotadas nos países centrais e refletiram em todo globo: as medidas Volcker (nos EUA) e as medidas Thatcher (no Reino Unido). As consequências podem ser diretamente observadas na perda do controle da previsibilidade do elevado fluxo de capitais e abertura das contas de capitais no chamado terceiro-mundo (GRIFFITH-JONES, SUNKEL, 1990).

Nos princípios da financiarização o capital financeiro estava vinculado à produção e troca de mercadorias e serviços. No entanto, gradativamente, a maior parcela dos lucros foi captada em benefício da esfera financeira constituída por um campo restrito. Essa fração do lucro ocorre entre instituições especializadas sem qualquer contrapartida no nível das trocas de mercadorias e serviços, tampouco no nível do investimento. Essas características não mudam com a desvalorização do dólar e enfraquecimento do sistema de Bretton Woods, a partir de então o capitalismo opera em um sistema que Harvey (2008) denomina acumulação flexível (HARVEY, 2008), segundo o autor, é o mais bem consolidado desde o Fordista-Keynesiano porque possui características próprias de acumulação e circulação de capital; assim como a interrelação entre os indivíduos e a tecnologia e a inclusão de novas formas de

fornecimento de serviços financeiros e de novos mercados (CHESNAIS, 1996, p. 10-19; HARVEY, 2008).

Foi posto em marcha um processo de liquidar dívidas sustentando esses empréstimos por injeções automáticas de liquidez, os bancos comerciais obtiveram grandes lucros para pôr em prática a financiarização das dívidas. O FED garantiu aos bancos um diferencial de rendimento aproveitável entre a remuneração dos depósitos e a taxa dos empréstimos. Os bancos estadunidenses criaram instrumentos de curto prazo que em meio a uma crise de estagnação de salários e lucros instrumentalizaram a financiarização das dívidas. Esse foi o caso dos efeitos comerciais, os certificados de depósito negociáveis e os eurodólares. Em outros termos, o capital financeiro criou sua própria esfera de atuação manobrando as margens de atuação do Estado. Na década de 1970 verificou-se uma estagflação que respingou os efeitos da financiarização das dívidas pelos bancos comerciais junto ao déficit orçamental de seu maior credor (Estado). Quem sofreu as consequências foi o dólar e, por consequência, a economia mundial devido a socialização dos prejuízos privados e dos riscos a todos. Além disso, depreciou progressivamente o valor da moeda e criou tensões entre o capital industrial e o capital financeiro, destruindo o regime monetário de crédito do pós-guerra (GUTTMAN, 1996).

O capital financeiro faz que a debilitada indústria estadunidense aumente substancialmente e torne-se dependente de mercadorias japonesas, por essa razão Tóquio toma o lugar dos bancos estadunidenses como maiores detentores de ativos internacionais e concentra no início do século 21 os quatro maiores bancos do mundo em termos de ativos (HARVEY, 2008, p. 156-157; TAVARES, 1997).

A acumulação flexível, que data do final do século XX, caracteriza-se por uma forma nova de buscar lucro: ao mesmo tempo em que é dependente do espaço territorial é altamente autônoma, fragmentada e dissociada da população onde operam suas filiais porque seus lucros estão voltados unicamente para a matriz, localizada, na maioria das vezes, em outro Estado. Os mercados estão integrados através do espaço financeiro mundial. Junto a isso deve analisar-se a própria forma-conteúdo fictícia desses capitais: a dimensão especulativa e o fetiche e pelas formas de valorização especulativas de capital. A exemplo disso, o contraste entre o capital produtivo e o capital especulativo na balança de pagamentos de um estado. De 1980 a 1992, a taxa média de crescimento anual do stock de ativos financeiros foi 2,6 vezes superior à formação bruta de capital fixo dos países da OCDE, esse último um indicador do

investimento importante que determina a geração de empregos e fomenta riqueza a longo prazo (CHESNAIS, 1996, p. 10-13).

Outra característica marcante do reinado das finanças mundiais é a importância que os grandes grupos industriais adquirem nesse processo através da sua atuação em conjunto, ou seja, esses grupos adquirem importância enquanto polo do capital financeiro. Sua importância é tamanha que algumas centenas de grupos realizaram fluxos intra-empresas equivalentes a aproximadamente trinta por cento do comércio mundial. A dimensão financeira de sua atividade é objeto de raras análises. Os rendimentos dos grupos industriais acumulam capital mediante operações financeiras, a realização de empréstimos a partir de um excedente da tesouraria dá direitos legais para partilhar os ganhos futuros de um outro agente (o devedor), este circuito tem por base o crédito e ativos de carteira, dando lugar à redistribuição de rendimentos em oposição à produção e aos ativos criadores de rendimentos do tipo produtivo (GUTTMAN, 1996, p. 79).

A economia encontra-se hoje dominada por empresas que detêm grandes fundos de investimento desse capital, como é o caso das corretoras de seguros e fundos de pensão que contam com um capital que circula sem ter uma materialidade física. Esse capital de natureza especulativa é adquirido tanto pelos indivíduos sem terra (assalariados) quanto pelas indústrias e empresas e a essa estrutura de operações financeiras se incorporam os capitais industrial, mercantil e imobiliário. Tornou-se cada vez mais complexo delimitar onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os financeiros. Essa capitalização é provocada em parte pelo ganho de autonomia da esfera financeira de algo que antes pertencia ao estado e agora molda uma sociedade com uma falsa noção de autonomia da seguridade social, antes fornecida pelo estado. Assim sendo, não deixa de ser necessária, mas passa a ser oferecida de forma privada. Além disso, há um monopólio dos serviços oferecidos pelas instituições financeiras utilizados pelo Estado (FARNETTI, SERFATI, 1996).

Este capítulo teve como objetivo estabelecer o marco teórico utilizado na pesquisa assim como descrever o processo de financiarização que acompanha as transformações políticas e econômicas do sistema-mundo capitalista, configura-se enquanto aterrissagem do salto dado a partir do final de Bretton Woods e consolida-se o padrão dólar flexível que sujeita às economias vulneráveis externamente a uma não blindagem diante dos ataques cambiais e da pujança do capital financeiro. Esse fenômeno adquire notoriedade e é indispensável ao ler o balanço de pagamentos venezuelano e a crise da dívida externa nesse país.

2. HISTÓRIA ECONÔMICA DA VENEZUELA: DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA À POTÊNCIA PETROLEIRA

A história da Venezuela tem características próprias de seu processo histórico ao mesmo tempo que partilha com a América Latina uma colonização que integra os povos nativos à lógica da economia mundial, em que o mais importante recurso utilizado é a violência (MATA, 1975). O capítulo tem como objetivo contextualizar como a Venezuela insere-se no sistema-mundo capitalista na passagem do século XVI ao século XX a partir da economia principal de cada um dos períodos. Essa cronologia será realizada em duas partes: a primeira, que se estende do século XVI ao final do século XIX, que caracteriza a economia venezuelana como majoritariamente exportadora de produtos agropecuários; e a segunda, que caracteriza a economia como exportadora dos hidrocarbonetos desde meados do final do século XIX ao século XX, transformando-a em potência petroleira. Os dois momentos estão relacionados às transformações que ocorreram no sistema capitalista durante esses aproximadamente 500 anos. A pesquisa tem como objetivo analisar a crise do endividamento externo e é necessário que a leitora ou o leitor conheça as transformações ocorridas na economia venezuelana até o final do século XX (período analisado).

O objetivo deste capítulo não é aprofundar-se na história do petróleo na economia venezuelana e mundial, dada sua importância na conformação do país e do desenvolvimento econômico global como conhecemos hoje, para isso seria necessário uma pesquisa com espaço para digressionar somente sobre esse tema. Tampouco há pretensão de aprofundar a história venezuelana em toda sua dinamicidade, o objetivo é contextualizar como o país se insere dentro do sistema capitalista mundial, de acordo com as transformações econômicas internas e externas. Assim será possível entender como a Venezuela insere-se no capitalismo mundial nesse período.

A transição entre os séculos XVI e XVIII consolida a hegemonia inglesa por seu domínio do comércio internacional e pela importância que ganha a Praça Financeira de Londres. Nesse sentido, o fenômeno do imperialismo está intimamente ligado ao colonialismo que insere a América Latina no capitalismo mundial e o pós-independência também, definida a independência pela lógica do capital na época. O capital é a forma-conteúdo de um fenômeno que faz com que o modo de produção institua o trabalho assalariado como condição para a reprodução das trabalhadoras e dos trabalhadores e sobrevivência de sua prole (por isso

o proletariado). Mundialmente, esse sistema foi construído com violência, com a espoliação da terra e exploração de mão-de-obra barata em todo o globo (MARX, 2013, p. 960-963).

2.1.2 Venezuela Agroexportadora

Até as primeiras décadas do século XX, a Venezuela teve uma economia agropecuária, baseada em uma estrutura herdada da colonização, que partia de uma apropriação latifundista da terra, caracterizada pela superexploração da mão-de-obra e ausência de maquinarias, fertilizantes e outros métodos que aumentavam a capacidade produtiva, ou seja, configurava-se técnicas atrasadas para essa época. Quase 80% da população trabalhava diretamente na agropecuária, que qualificava a quase totalidade das mercadorias exportadas, especialmente o café, cacau, gado e couros. Outras atividades como a indústria, o comércio e a mineração apenas existiam e o seu aporte para a economia era insignificante. Essa agricultura pode ser classificada em dois tipos: exportação e consumo (TRUJILLO, 1968).

A primeira caracteriza-se pelo método da economia de plantação, latifúndios que utilizavam mão-de-obra campesina e pagavam salários miseráveis e às vezes sem nenhuma remuneração em dinheiro, comercializada através de comerciantes ligados ao comércio mundial estabelecidos nos portos de exportação, geralmente casas estrangeiras que pagavam ao produtor um preço muito inferior ao que recebiam nos mercados internacionais. Essas exportações eram fonte fundamental de ingressos para o fisco venezuelano, com base nos impostos cobrados nesses mesmos portos (TRUJILLO, 1968, p. 115-116). Essa dinâmica ilhava a principal fonte de ingressos do governo do restante do país e se contrapunha aos métodos utilizados para alimentar a população com a agricultura para o consumo. A agricultura para o consumo caracterizava-se pelo plantio de grande diversidade de frutos usando técnicas rudimentares em pequenas comunidades rurais sem conexão com o restante do mundo, causada em parte pela falta de canais para distribuir os produtos. Não se pode falar em uma verdadeira economia durante esse período senão uma soma de economias locais, uma das causas de grande instabilidade política na época (TRUJILLO, 1968, p. 116).

A princípios do século XX, inicia-se na Venezuela uma intensa atividade exploratória por parte de consórcios estrangeiros em busca de petróleo (TRUJILLO, 1968, p. 116). Em meados do século XIX o petróleo começa a ser utilizado para o abastecimento energético de

idades nos Estados Unidos e, a partir deste acontecimento, surge a indústria do petróleo como se conhece hoje. Isso ocorre a partir da exploração em uma área conhecida como *Oil Creek Valley*, pela *Pennsylvania Rock Oil Company*, nos Estados Unidos. Rapidamente, descobrem-se novos e diversificados usos desse recurso na economia e ele se torna indispensável para o abastecimento e impulsionamento da industrialização mundial. O petróleo molda a sociedade como a conhecemos devido a importância que adquire ao tornar-se a principal fonte energética mundial. Move guerras e Impérios. A partir de então, busca-se cada vez mais territórios que possuam derivados de hidrocarbonetos (D’ORAZIO, 2007, p. 28-30; JURBERG, 2016, p. 14-30).

2.1.3 Potência Petroleira

O início da internacionalização e abertura de um novo negócio no país surge timidamente, com a exploração do asfalto natural no final do século XIX. A existência do asfalto confirma a possibilidade de existir petróleo, assim, chegam em pouco tempo no país cientistas especializados nessa matéria, vindos dos Estados Unidos. Seu objetivo é investigar o território a fim de descobrir onde será possível extrair petróleo (D’ORAZIO, 2007; OTEYZA, 2011). Já para o ano de 1925 as exportações de petróleo superaram as exportações de origem agropecuária e mais adiante tomam o lugar da agricultura enquanto fator dinâmico fundamental da economia. A produção petroleira tem características distintas daquela produção agrícola atrasada de caráter latifundista, por isso seu impacto na nação será muito diferente e determinará mudanças profundas em sua organização (TRUJILLO, 1968, p. 116-117). Por isso, é importante observar como evolui a produção de petróleo durante o século XX na Venezuela em relação ao seu abastecimento da economia mundial, como consta na tabela abaixo, retirada do livro de Manuel R. Trujillo (1968), página 117:

Tabela 1 - Evolução da produção de petróleo durante o século XX na Venezuela em relação ao seu abastecimento da economia mundial

Años	Metros Cúbicos	Lugar que ocupa entre países productores
1917	19.256	17
1918	50.974	16
1919	48.450	15
1922	355.374	13
1923	687.955	9
1924	1.451.438	7
1925	3.169.105	6
1927	9.605.889	4
1928	16.845.872	2
—		
1959	160.803.117	2
1960	165.613.395	3
1965	201.532.965	3
1966	195.628.000	3
1967 (1)	205.551.000	3

(1) Cifras preliminares.

Fonte: Ministerio de Minas e Hidrocarburos. Memoria y Cuenta año 1967. Caracas 1968.

A viabilização econômica legal para explorar o petróleo na Venezuela ocorre por meio de concessões⁵, que duram até 40 anos. A legislação em relação à indústria petrolífera sofreu alterações desde o seu início e esteve marcada por uma disputa de poder entre o capital estrangeiro e a luta por soberania, conforme estavam mais ou menos alinhados os interesses da burguesia e elite nacional e internacional. Quando começa o regime de concessões a partir de Castro, o Estado não tem noção da dimensão que representaria essa riqueza, para Gummersindo Torres (1875 - 1947):

En Venezuela percibe nada el Fisco por la explotación de los yacimientos petrolíferos en terrenos nacionales, fuera del impuesto corriente que se aplica indistintamente a las explotaciones en terrenos baldíos o de particulares. Ahora bien, son nociones distintas la del impuesto y la de percepción de una suma derivada de estipulación contractual por el goce de una propiedad nacional, distinción que en donde quiera se ha tenido presente para cobrar por este último respecto pensiones variables según las zonas cuando la explotación petrolera se hace en terreno nacional. Así, pues, en Venezuela hay impuestos, pero nada pagan las empresas por el derecho mismo a la explotación, como en todas las otras naciones tienen que hacerlo, ora a los propietarios del suelo, comprándoles o arrendándoles carísimas tierras petroleras, ora al Estado mismo, si el terreno es baldío, mediante especiales estipulaciones contractuales (MOMMER, 1983, p. 196).

⁵“São herdadas desde os tempos da Coroa Espanhola e regulam as relações nacionais e internacionais, é o direito que outorga o Estado venezuelano a uma pessoa natural ou jurídica para que explore o petróleo desde o reconhecimento de prováveis reservas até o refino e transporte de hidrocarbonetos durante um lapso de tempo estabelecido em superfície determinada do território nacional” (TRUJILLO, 1968, p. 122).

Torres é retirado do Ministério de Desenvolvimento por sua percepção que o conhecimento que o governo venezuelano possuía sobre a exploração do petróleo era insuficiente e tentar reverter isso. Dedicou-se a estudar a legislação estrangeira sobre o tema e a entender mais sobre petróleo como acadêmico, dessa atitude surge em 1920 a Primeira Lei Petroléira da Venezuela, que começa a ordenar a exploração no país. A essa lei se opuseram as companhias transnacionais porque isso resultava na redução de seus ganhos (D'ORAZIO, 2007; SEVERO, 2009; TRUJILLO, 1968).

A nascente indústria do petróleo configura-se enquanto um monopólio. O monopólio da *Standard Oil* pertencente a John D. Rockefeller (1839 - 1937) torna-se alvo de críticas por ser danoso para a competitividade da indústria e, por esta razão, a *Standard Oil* é levada a julgamento nos tribunais estadunidenses e se decompõe em trinta e quatro novas empresas, dentre as quais se destacam a *Continental Oil*, atual *ConocoPhillips*; *Standard de Indiana*, atual BP; *Standard* da Califórnia, atual Chevron; *Standard* de Nova Jérsei, atual *Esso* e *ExxonMobil*; e *Standard* de Nova Iorque, atual *ExxonMobil*: conhecidas como Sete Irmãs (JURBERG, 2016, p. 16-20; OLIVEIRA, 2011, p. 36).

A sustentabilidade do capital enquanto fenômeno está condicionada a sua sobrevivência e, por este motivo, faz necessário sua expansão e a disputa por recursos, terra e mão-de-obra. Nesse campo mundial de disputa, o monopólio não é senão resultado da necessidade de sobrevivência do capital (LENIN, 1982). Os anos que antecederam o início do século XX estiveram marcados por uma onda de fusões e formação de trustes e cartéis com a concentração de insumos e da mão-de-obra (HARVEY, 2008; LENIN, 1982).

Para sinalizar a magnitude do fenômeno, um terço dos ativos manufatureiros estadunidenses passou por fusões somente entre 1888 e 1902. A Alemanha, que no início do século XX rivaliza com a indústria inglesa, apresenta também uma elevada concentração. Ao fim do século XIX, possuía uma parcela de 0,9% da indústria que concentrava 39,4% da mão-de-obra total e mais de 70% da energia (cavalos-vapor e eletricidade), em outros termos, mais de $\frac{3}{4}$ da quantidade total da força motriz a vapor e elétrica (LENIN, 1982). Isso também ocorre no mesmo período com os Estados Unidos, uma parcela de 0,9% da indústria total empregava 25,6% da mão-de-obra (HARVEY, 2008, p. 121; LENIN, 1982).

A relação indissociável da economia aos monopólios a qual a Venezuela foi submetida pode ser observada a partir da leitura de como transcorreu o século XX para a economia e a

política do país. Como o objetivo não é aprofundar-se na história da Venezuela ou do petróleo, analisar fatos pontuais em relação à condução do desenvolvimento econômico será o foco.

A começar pelo governo de Juan Vicente Gómez (1908 - 1935). Esse foi um governo caracterizado por um Golpe de Estado após a Venezuela ter sido invadida e bloqueada por navios de potências como Inglaterra e Alemanha⁶ respaldados por credores estrangeiros com elevado capital e poder que não viam o governo de Cipriano Castro⁷ como seguro aos seus interesses, esse era um governo que defendia a oligarquia rural nacional e não reconheceu a dívida externa contraída no século XIX (quase 12 vezes superior aos ingressos nacionais durante seu governo). Em 1930, o governo de Gómez cancelou todos os compromissos da dívida externa, reorganizou as finanças e concedeu cerca de 300 mil quilômetros quadrados em concessões às companhias transnacionais. Para isso criou a Oficina de Minas, em 1909. Durante seu governo a *Caribbean Petroleum Co*, subsidiária do Grupo Shell, adquire uma concessão equivalente a 27 milhões de hectares (D'ORAZIO, 2007; LIEUWEN, 2016; TRUJILLO, 1968, p. 124).

Houve milhares de casos de cercamentos, através do assassinato e expulsão de famílias e comunidades inteiras de indígenas e campesinos (D'ORAZIO, 2007; OTEYZA, 2011; SEVERO, 2006, p. 28). A aliança que representava Gómez para a burguesia monopolista nova iorquina está documentada, esse apoio e condução da política econômica foi planejado desde Washington, assim como o Golpe de Estado. Há uma carta do ministro estado-unidense Mr. Bowen recomendando imediato envio de uma frota norte-americana à La Guaira até que se obtivesse completa satisfação e um acordo que ponha um ponto final aos ataques ilegais do presidente Castro contra as corporações estrangeiras estabelecidas na Venezuela (D'ORAZIO, 2007; HIRSCH, 1995; LIEUWEN, 2016; OLIVEIRA, 2011, p. 37; SEVERO, 2009, p. 23-27). Nesse período, os agentes nacionais dos interesses estado-unidenses realizaram um trabalho sutil e cuidadoso para promover Juan Vicente Gómez ao cargo de presidente venezuelano (ALARCÓN, 1972, p. 94 *apud* SEVERO, 2009, p. 26).

⁶O conflito cessa com a ação diplomática dos Estados Unidos e a assinatura dos chamados “Protocolos de Washington” onde se propunha uma renegociação da dívida, que com uma redução de 40% passa a 202 milhões de bolívares, contudo seguia impagável (SEVERO, 2009, p. 24-27).

⁷ Segundo autores como Lieuwen (2016) esse foi um governo ditatorial que orientava-se segundo a racionalidade econômica e financeira de corrupção, extravagância e ineficiência assim como revoltas internas e caos financeiro. Foi o primeiro presidente a outorgar concessões petrolíferas que foram outorgadas principalmente para exploração de asfalto (LIEUWEN, 2016).

Cidadãos venezuelanos foram utilizados como intermediários entre o Estado e os monopólios petrolíferos para alienar o território nacional, a corrompida oligarquia caraquenha o fez a partir do empréstimo de sobrenomes hipotecando sua discutível linhagem colonial com politíqueiros e aventureiros de todo tipo. Mais de 2300 venezuelanos adquiriram tais concessões em todo país e com essa ação enriqueceram do dia à noite. Os concessionários viviam e trabalhavam encerrados em campos petrolíferos protegidos e custodiados por vigilantes bem armados. Não se vinculavam à vida nacional e compravam do exterior desde carros, casas, móveis e incluso a comida. Além disso, seus filhos e familiares frequentavam colégios exclusivos (OTEYZA, 2011; SEVERO, 2009, p. 28-30). Como demonstra a tabela abaixo que demonstra a distribuição das concessões em 1907 (TRUJILLO, 1968, p. 124):

Tabela 2 - Distribuição das concessões outorgadas na Venezuela em 1907

RESUMEN DE LAS CONSESIONES OTORGADAS EN 1907		
Concesionario	Hectáreas	Traspasada a:
Andrés J. Vigas	2.000.000	The Colon Development Co.
Antonio Aranguren	1.000.000	Venezuelan Oil Concessions
F. Jiménez Arráiz	500.000	North Venezuelan Petroleum Co.
Bernabé Planas	500.000	British Controlled Oil Field
	4.000.000	

Fuente: Mejía Alarcón. Algunas notas sobre economía minera y petrolera. Caracas 1963.

Segundo Mariano Picón Salas (1935), a Venezuela ingressa tardiamente no século XX refletindo muito mais um desejo que uma realidade política, econômica, social ou militar e constituiu um paradigma para as venezuelanas e os venezuelanos que queriam um sistema justo e equitativo tanto no interno como nas relações internacionais (HIRSCH, 1995, p. 42-43). Ademais, outros intelectuais como Juan Liscano destacam um cenário atrasado no que diz respeito à educação (LISCANO *apud* HIRSCH, 1995, p. 42). A grande desigualdade e atraso social experimentados, fruto de um crescimento econômico desvinculado da população nacional, são a principal razão desse atraso, segundo ele:

(...) teriam que aprender, por exemplo, as grandes companhias investidoras estabelecidas no país, que as necessidades humanas são iguais para um trabalhador da Venezuela ou de Massachusetts e Virgínia. Que a divina providência não deu à raça saxã o privilégio das casas limpas, da escola de amplas janelas e cômodos

brancos ou do “Centro Social” onde reunir-se depois das horas trabalhadas. E o antigo “No trespassing” com o qual os investidores estrangeiros se defendiam contra a perigosa gente nativa, nosso povo se opôs ao seu desígnio de “atravessar”. E isso não é precisamente “comunismo” palavras com a qual se quis deter em 1936 todo justo avanço social, senão uma forma moderna de capitalismo; a que aumenta o número de consumidores, a que não faz da higiene, educação, conforto, exclusivo e custoso objeto de um grupo oligárquico. Nesse problema de “atravessar” os condomínios fechados da velha plutocracia egoísta, está a Venezuela como todos os países hispano-americanos. É nossa grande batalha cultural e social do século XX (SALAS, p. 22 *apud* HIRSCH, 1995, p. 43).

À medida que mais poços iam sendo perfurados com sucesso o território tornava-se cada vez mais atrativo às carteiras dos investidores estrangeiros que buscavam concessões. No entanto, a maioria delas já estava concentrada nas filiais do Grupo Shell. Pouco depois os interesses venezuelanos e mexicanos na *Pan American Petroleum Transport Company* são comprados pela *Standard of Indiana*, capitaneada por J. D. Rockefeller, associada com a *Blair & Company* e a Corporação Chase de Seguros e se torna a *Pan American Eastern Petroleum Corporation*. Depois disso, a *Standard Oil* torna-se acionista majoritária da corporação e forma uma nova empresa, a *Lago Petroleum Corporation*, que ficou encarregada de todas as suas operações no país e adquiriram extensas áreas lacustres por meio de concessões, o que lhes possibilitou descobrir os grandes campos de *Lagunilas* e *Tia Juana*, em 1926 (D’ORAZIO, 2007, p. 55).

Dos dezoito grupos que operam na Venezuela, em meados do século XX, poucos possuem de fato uma independência operativa, a maioria não é mais que subsidiária pertencente a algum dos grandes consórcios internacionais. Isso por ser constatado a partir da distribuição das ações: 98% das ações da *Creole Petroleum Corporation* pertencem à *Standard Oil* de Nova Jérsei; A Companhia *Shell* da Venezuela pertence à *Royal Dutch Shell* em sua totalidade; 50% das ações da *Mene Grande Oil Company* pertencem à *Gulf Oil Corporation* dos EUA e o 50% restante está dividido em partes iguais entre a *Creole* e a *Shell*. As demais companhias são todas norte-americanas e têm vínculos mais ou menos estreitos com a *Standard Oil* de Nova Jérsei à exceção da *Philips Petroleum Company*, da *C.V.P.* e algumas outras. Em meados do século XX a totalidade da produção se concentrava na mão de três nações: 70% controlada por empresas norte-americanas e os 30% restantes divididos entre ingleses e holandeses (TRUJILLO, 1968, p. 140-141). Isso pode ser observado nas tabelas, respectivamente, abaixo (TRUJILLO, 1968, p. 125, p. 140).

Tabela 3 - Distribuição das concessões petrolíferas por empresas concessionárias em 1965

DISTRIBUCION DE LAS CONCESIONES PETROLERAS POR EMPRESAS CONCESIONARIAS PARA 1965		
Empresas	Hectáreas	Porcentaje del total
Creole Petroleum Corporation	653.833	24,75
Mene Grande	600.227	22,72
Compañía Shell de Venezuela Ltd.	400.416	15,15
Sinclair Venezuela Oil Company	166.647	6,30
Mobil Oil Company de Venezuela	166.625	6,30
Texas Petroleum Company	155.260	5,87
Chevron Oil Company de Venezuela	135.157	5,11
Coro Petroleum Company	70.865	2,68
S. A. Petrolera Las Mercedes	63.026	2,38
Talon Petroleum C. A.	60.167	2,27
Phillips Petroleum Company	50.059	1,89
Venezuela Atlantic Refining Co.	32.335	1,22
Caracas Petroleum S. A.	29.883	1,13
Venezuelan Sun Oil Company	20.000	0,75
Cía. Española de Petróleos S. A.	10.546	0,39
Signal Oil and Gas of Venezuela	7.892	0,29
International Petroleum Company	6.133	0,23
Pan American Venezuela Oil Company	5.500	0,20
King Mill Oil Company	4.970	0,18
Texaco Maracaibo Inc.	3.147	0,11
Continental	797	0,03
Otros	3.028	0,11
	2.641.515	100,0

Fuente: Ministerio de Minas e Hidrocarburos. Memoria y Cuenta 1967. Caracas, 1968

Tabela 4 - Produção de petróleo por concessionário em 1967

PRODUCCION DE PETROLEO POR CONCESIONARIO (En metros cúbicos) 1967		
Compañía	Producción	Porcentaje de la producción total
Creole Petroleum Corporation	80.015.448	38,90
Compañía Shell de Venezuela	54.647.149	26,60
Mene Grande Oil Company	24.888.357	12,10
Venezuelan Sun Oil Company	11.999.361	5,83
Mobil Oil Company of Venezuela	7.816.835	3,80
Texaco Maracaibo Inc.	5.934.392	2,88
Texas Petroleum Company	4.339.551	2,11
Sinclair Venezuelan Oil Company	4.325.713	2,10
Phillips Petroleum Company	4.223.112	2,05
Chevron Oil Company de Venezuela	3.541.964	1,72
Continental	934.148	0,45
Coro Petroleum Company	737.500	0,35
Signal Oil and Gas of Venezuela	724.158	0,35
Corporación Venezolana del Petróleo	471.028	0,22
Caracas Petroleum S. A.		
Petrolera Las Mercedes	282.692	0,13
Talon Petroleum C. A.	217.627	0,10
Venezuela Atlantic Refining Co.	6	0,00
TOTAL:	205.551.217	100,00

Fuente: Ministerio de Minas e Hidrocarburos. Memoria y Cuenta 1967. Caracas, 1968.

Há a partir de 1930 na Venezuela uma transição gradual do poder político das oligarquias agropecuárias para os grupos comerciais urbanos; o aumento das importações, a redução no dinamismo das exportações não-petrolíferas, o freio à indústria e declínio da agricultura e o surgimento do proletariado fortalecem às classes médias e à ascensão de uma elite numericamente muito pequena, que obtinha a maior parte dos benefícios da atividade petrolífera (SEVERO, 2009). Para Silva (1976), em 1936 o país caracterizava-se no campo

econômico por uma economia estacionária e às vezes regressiva, no campo social por uma classe média virtualmente ausente e no campo político por uma administração pública com orientação semi-feudal (SILVA, 1976, p. 491). Com o final da ditadura de Juan Vicente Gómez, o Estado assume o controle sobre alguns de seus bens, calculados em 800 milhões de bolívares: “as melhores terras em distintas regiões do país pertenciam ao déspota e seus familiares” (SEVERO, 2009, p. 39-44).

A partir de 1936 as reivindicações pelo controle da principal riqueza nacional apresentaram uma trajetória ascendente: em 1938, o presidente Cárdenas nacionaliza a indústria petroléira do México e este fato intensifica o interesse estadunidense pelas jazidas venezuelanas. A conjuntura econômica caracterizada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, o cenário de guerra e as crises no balanço de pagamentos dos países periféricos incitou a muitos governantes latino-americanos a tomarem medidas mais voltadas à intervenção estatal que à liberdade de mercado, buscando autonomia do exterior frente ao estancamento dos fluxos financeiros e comerciais. Na Venezuela o cenário é ainda pior: nem 60% dos dólares obtidos nas vendas internacionais permaneciam na Venezuela e eram remetidos ao exterior pelas transnacionais através do pagamento de juros, transferência de dividendos, importações de todo tipo e remuneração dos empregados estrangeiros. Por outro lado, os recursos que permaneciam no país eram concentrados por um reduzido número de famílias (HIRSCH, 1995; OLIVEIRA, 2011, p. 38; SEVERO, 2009, p. 47-48).

Com o objetivo de proteger e fomentar a indústria nascente, o governo de Isaías Medina Angarita (1941 - 1945) aplica uma série de restrições à livre importação, então muito pressionada pelo Tratado Comercial com os EUA. Durante seu governo, também é criada no país uma nova lei sobre petróleo baseada em um amplo estudo de Medina Angarita que faz eco ao sentir-se nacional e, após inúmeras consultas com juristas, técnicos e companhias interessadas, é votada em 1943 a nova lei que substitui todas as anteriores e unifica a legislação petroléira, submetendo todas as concessões às mesmas condições e pagamento de impostos (OLIVEIRA, 2011; TRUJILLO, 1968), visto que o período em que Gómez esteve no poder concedeu concessões que mais pareciam verdadeiros “presentes” quando observados os impostos exigidos. Essa nova lei exigia imposto sobre a renda, que converteu-se em instrumento regulador da participação venezuelana nos benefícios da indústria petroléira, como pode ser observado na tabela abaixo (TRUJILLO, 1968, p. 126-131):

Tabela 5 - Evolução da produção de petróleo durante o século XX na Venezuela em relação ao seu abastecimento da economia mundial

TARIFA QUE SE APLICA A LAS EMPRESAS MINERAS Y PETROLERAS

Ganancias (Bs.)			% a Pagar	
Entre	0,01	y	100.000,00	20,00
Entre	100.000,01	y	1.400.000,00	25,00
Entre	1.400.000,01	y	3.800.000,00	28,50
Entre	3.800.000,01	y	6.400.000,00	33,50
Entre	6.400.000,01	y	10.000.000,00	39,00
Entre	10.000.000,01	y	20.000.000,00	44,50
Entre	20.000.000,01	y	28.000.000,00	47,50
Más de	28.000.000,00			52,00

Fuente: Ley de Impuesto sobre la Renta. Gaceta Oficial N° 1069 extraordinario. Caracas, 23 de Abril de 1966.

Essa política econômica não correspondia aos interesses da banca comercial, dos comerciantes importadores e dos latifundiários que, na época, conformavam uma burguesia desassociada do desenvolvimento nacional. Essa oligarquia lutou para conservar seu sistema parasitário e concentrado da renda petroleira. O “Novo Desenvolvimento Nacional” somou-se à reforma constitucional de 1944 e ajudou ainda mais a debilitar as posições das classes proprietárias que resistiam ao processo modernizador, impulsionado pelo Estado voltado ao “interesse público social” no qual dentro da sua jurisdição o interesse individual (privado) deveria estar subordinado ao interesse social (público). A Lei Agrária publicada em 1945 representou outro ataque aos interesses dessa burguesia rentista porque tinha como objetivo combater o latifúndio, mais de 80% das terras cultiváveis era concentrada por 5%⁸ dos proprietários. Isso gera uma união das forças latifundistas e imperialistas para pôr freio ao movimento nacionalista (SEVERO, 2009; TRUJILLO, 1968).

Segundo Battaglini (1997), as políticas econômicas medinistas entravam em contradição insustentável com os interesses hegemônicos dos Estados Unidos, particularmente no que diz respeito às condições essenciais que demandam os monopólios estadunidenses quando se dispõem a entrar em uma etapa de expansão e internacionalização sem precedentes cuja realização não somente repudia, como também obstaculiza, por todos os meios, as tentativas de autonomização econômica e política demonstradas pelo Estado venezuelano frente a essa dinâmica expansiva (BATTAGLINI, 1997, p. 121). O presidente Medina enviou uma carta a Franklin Delano Roosevelt expondo a situação de intransigência por parte das companhias transnacionais informando as possíveis dificuldades futuras em caso

⁸ Existem discordâncias acerca desse número, segundo Pernaut (1966) 2,5% concentravam 80% das unidades, seguidos por uma parcela de 16,9% da população que concentrava 14,2% e 80,6%, a grande maioria da população, 3,8% (PERNAUT, 1966, p. 96-97)

de as companhias continuarem com suas intransigentes posições, o presidente dos EUA exigiu às companhias que aceitassem negociar com o governo venezuelano, participaram desses processo membros do governo dos EUA. As negociações, mesmo com o governo dos Estados Unidos apoiando o governo venezuelano, foram muito duras, embora tenha prevalecido a posição do presidente Medina (PINTO, 2014, p. 95).

A oposição gestou um clima de polarização política entre os apoiadores do projeto medinista e o de Rômulo Betancourt, esse segundo associado às classes rentistas e ao capital usurário (ROZ, 2009). Em junho de 1945, Bettancourt viajou a Washington acompanhado por Raúl Leoni, futuro presidente da Câmara do Senado e do Congresso Nacional (1959-1962). Nessa visita foram articuladas estratégias para derrubada do presidente Medina com o apoio dos Estados Unidos e garantia de sua participação na economia, arquitetadas junto a Nelson Rockefeller e Allan Dawson. Esse período esteve marcado pelo surgimento da “Doutrina Truman”, da Agência Central de Inteligência (CIA), da Escola das Américas, da Organização dos Estados Americanos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Esses organismos conformaram junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), Grupo Banco Mundial (BM) e o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), o aparato político-econômico-militar pelo qual os Estados Unidos reiteraram seu poder no pós Segunda Guerra⁹ contra a União Soviética e seus aliados. Existem evidências materiais que apontam a coordenação da política nacional pós-1945 entre as burguesias venezuelana e estadunidense (BATTAGLINI, 1997; PINTO, 2014; ROZ, 2009; SEVERO, 2009, p. 100).

Em meados do século XX, a criação da Corporação Venezuelana de Fomento (CVF) e a Corporação de Economia Básica tornaram-se instrumentos de empresas mistas conformadas com o “apoio” de Nelson Rockefeller e foi levado a cabo um processo inverso ao novo desenvolvimento medinista, marcado pelo desenvolvimento para fora e pela penetração de capitais internacionais. As companhias petroleiras capitaneadas por Rockefeller entraram no mercado financeiro, o Banco Mercantil e o Banco Agrícola passaram a ser controlados pelo Banco Chase Manhattan de Nova Iorque, associado à Standard Oil, e o Banco de Investimentos Cavendes, pela *Shell, Mobil e Philips Petroleum* (SEVERO, 2009, p. 100-101). A família Rockefeller participa nas companhias *ExxonMobil, Standard Oil, Chevron* e outras petroleiras “menores”; nas instituições Banco *Chase Manhattan, Citicorp, Banco Chemical e First National Bank of Chicago*, três das quatro maiores companhias de seguros

⁹Segundo José Luis Fiori, ao contrário da Inglaterra no século 19, os Estados Unidos construíram uma complexa rede de instituições voltadas à gestão multilateral de sua hegemonia (FIORI, 2004).

estadunidenses ademais de *ATT, Chrysler, U.S. Steel, Monsanto Chemical, General Foods, RCA, Colgate Palmolive, Borg-Warner e International Paper* (DENNETT, 1998, p. 157 *apud* SEVERO, 2009, p. 101). Durante o período conhecido como triênio (1945-1948) foi empreendida uma industrialização associada e subordinada.

Em 1958, tem início o chamado *Pacto de Punto Fijo*, momento importante na história política e econômica do país, também conhecido como *Pacto de Nueva York* porque foi orquestrado nesta cidade pelos principais partidos políticos do país e as elites econômicas, estabeleceu uma democracia bipartidária sob a qual apenas o partido da Ação Democrática (AD) e o Demócrata Cristão (COPEI) ganharam as eleições e governaram com repartição política dos cargos do Estado e da *Petróleos de Venezuela SA* (PDVSA), e se estendeu de 1958 a 1998 configurando o chamado “efeito pêndulo” da política venezuelana (MORAES, 2011, p. 4; OLIVEIRA, 2011, p. 41-42). O regime contou com o apoio dos empresários, latifundiários, militares conservadores, Igreja Católica, meios de comunicação e o governo dos EUA, um triunfo da burguesia venezuelana por cima da população. Nesse período, Rômulo Bettancourt pôs em marcha uma política econômica dependente, em um processo de substituição de importações associado e submetido às companhias transnacionais associadas a Nelson Rockefeller. Deixou-se de importar produtos acabados, no entanto, essa produção interna acontece através de companhias multinacionais que migraram para o país em busca de vantagens econômicas: proteção estatal, exonerações de impostos, redução de tarifas, entre outras. Além disso, aumentaram as remessas de capital em direção a países hegemônicos, pagamento de royalties e contração de dívidas. Isso aprofundou o desequilíbrio no balanço de pagamentos; sob a marca ‘*hecho en Venezuela*’ (SEVERO, 2009, p. 125-143).

Os investimentos estrangeiros em bancos, serviços, comércio, petróleo e indústria pesada podem ser considerados uma invasão e promovem o “elemento conscientemente colonizador dentro do Estado venezuelano”. Além disso, pela primeira vez na história do país existem pessoas que assistem, sucessivamente, a reuniões das juntas diretivas de empresas privadas e sessões do Conselho de Ministros, em outras palavras, o Estado foi tomado de assalto pelo setor privado nacional e estrangeiro (ARAUJO, 2006; FIGUEROA, 1996).

Em 1966, Alfredo Machado Gómez situa a Venezuela no processo de transição rumo ao crescimento auto sustentado ao utilizar o Modelo de Rostow, no entanto, para isso teria que superar problemáticas estruturais como: o capital humano¹⁰; a falta de um mercado de capitais

10 Sobre essa questão Furtado (1974) aponta que se a população pudesse ser totalmente empregada na produção do petróleo, o problema do subdesenvolvimento estaria resolvido e a valorização dos termos de troca refletiria o aumento da produtividade de uma economia integrada, no entanto, o que ocorreu foi a baixa absorção da força

que canalize eficientemente a receita interna; e um setor industrial dependente do mercado interno dado o elevado peso de setor informal, a presença de monopólios e oligopólios no setor produtivo, a vulnerabilidade do setor externo, a significativa desigualdade na distribuição do orçamento e os fortes desequilíbrios setoriais e regionais (HIRSCH, 1995).

Com a entrada da década de 1970, os ingressos externos aumentam consideravelmente como consequência do aumento dos preços do petróleo, com os dois choques, a economia experimentou um auge que durou até fins de 1977, gerando uma expansão financeira. Isso fomentou um extenso plano de investimento público vinculado ao desenvolvimento de uma indústria pesada básica, como foi o caso do Quinto Plano da Nação, que ampliaria as indústrias de ferro, gás natural e energia elétrica, materializadas na SIDOR, ALCASA e VENALUM. Entretanto, o elevado componente importado para desenvolver esse projeto gerou uma contração de dívidas em fontes externas que se converteram na fonte fundamental de recursos dessas empresas. Os principais bancos internacionais estavam dispostos a financiar qualquer projeto que “cheirasse a petróleo” (D’ORAZIO, 2007, p. 190; FUNDAFUTURO, 1992; BUSINESS WEEK, 1984 *apud* SILVA, 1994, p. 104; SEVERO, 2009).

O choque do petróleo de 1973 drenou recursos da Venezuela para contas bancárias no exterior, convertendo-se em um mecanismo propulsor do sistema financeiro internacional. Mais de três quartos desses capitais foram entesourados fora dos países da OPEP, significativa porção dos petrodólares foi depositada em bancos privados das nações capitalistas que reciclaram esses petrodólares oferecendo empréstimos a baixas taxas de interesse aos países periféricos (CASTRO, 1988; CRAZUT, 2006; MEDEIROS, 2008). Noventa por cento dos milhares de milhões de dólares emprestados à Venezuela entre 1974 e 1982 saiu do país e foi depositado nas contas de economias mais estáveis (FIGUEROA, 1996, p. 666). Afogado em dinheiro, em uma bolha econômica, o governo promove um processo de endividamento externo. O governo volta a contrair elevados empréstimos externos entre 1976-1980 (HIRSCH, 1995; SEVERO, 2009, p. 175).

Ao observar a evolução dos preços do barril de petróleo a preços constantes de 2006, conclui-se entre 1958 e 1970 que o preço decaiu e em 1970 atingiu o equivalente a seu valor em 1931: 9,4 dólares, uma situação parte da queda de 12 anos consecutivos no preço dessa

de trabalho no setor petróleo e o impacto negativo do câmbio valorizado sobre o emprego nos demais setores. Na primeira situação, se assemelharia ao Canadá uma vez aprofundado o processo de internacionalização a ponto de absorver o setor industrial, no entanto, Furtado descrê nessa possibilidade dado o ritmo de crescimento da população e o tamanho do emprego em atividades de baixa produtividade (MEDEIROS, 2008, p. 139)

commodity. Em 1973, esse cenário muda com a influência e tomada de controle dos países produtores de petróleo organizados na OPEP sobre a produção e os preços do petróleo e, a partir de outubro desse ano, foi realizado um embargo por esses países que resultou em uma diminuição na produção e consecutivos aumentos do preço internacional do petróleo bruto. Esse fato configura a estratégia econômica da OPEP no chamado “Primeiro choque do petróleo”. O preço do barril passou de quase quinze dólares em 1973 para 47,54 dólares no ano seguinte (um aumento de 217,2%, em um ano), assim como o ingresso de divisas o orçamento do Estado venezuelano multiplicou-se por três, a liquidez monetária cresceu quase 200% enquanto o PIB elevou-se 30%. Como consequência desse crescimento, a demanda interna também aumentou fazendo crescer as importações e exercendo pressão sobre o aumento dos preços (FUNDAFUTURO, 1992; SEVERO, 2009).

Apesar da bonança, a situação econômica manteve-se em desequilíbrio e em instabilidade permanente, porque baseava-se na extração de riqueza alienada da população e no crescimento econômico que ocorria mediante um aumento no ingresso de divisas, resultado do aumento dos preços internacionais do petróleo. Pese a isso, foi aplicada uma política fiscal expansionista e os gastos das empresas estatais cresceram de forma inusitada, de forma que o orçamento disponível não era suficiente para cobrir os gastos. Em outras palavras, o aumento artificial da riqueza financeira estimulou gastos artificiais, desnecessários, que se transformou em um círculo vicioso (SEVERO, 2009, p. 173).

Em 1973, a inflação passou dos 5% pela primeira vez desde 1951 (data em que começou a ser medido pela primeira vez o IPC-AMC). Como resultado do Primeiro Choque do Petróleo, entre 1974 e 1978, a inflação passou de 11,8% até estabilizar-se em uma média de 7,5%. Afogado em dinheiro, em uma bolha econômica, o governo promoveu um processo de endividamento externo. Como consequência desse fenômeno, o governo de Carlos Andrés Pérez elegeu-se com um discurso de controle fiscal e de não deixar enganar-se pela miragem da abundância fiscal proveniente do súbito aumento nos preços do petróleo, segundo ele não somente as divisas que entravam no país garantiriam a estabilidade e um crescimento econômico sustentado (tudo isso em meio a uma chuva de petrodólares) (LUONGO, 2000, p. 746-750 *apud* SEVERO, 2009, p. 175).

O governo de Carlos A. Pérez (1974-1979) operou segundo a lógica de desenvolver e autonomizar a economia, constituir uma indústria básica forte e interligar todos os setores da economia, de maneira que o petróleo fosse semeado, dentre tantas tentativas anteriores que falharam nesse sentido, o seu governo apresentou propostas efetivas baseadas na

diversificação da economia, no pleno aproveitamento dos recursos naturais e um consistente investimento em empresas públicas e infraestrutura, além da busca da democratização do capital entre os grupos menos favorecidos. Esses objetivos estavam presentes no Quinto Plano da Nação, também conhecido como “Grande Venezuela”, vigente entre os anos 1976 e 1980.¹¹ Nesse plano suas principais propostas foram: constituir uma indústria básica pesada, baseada na nacionalização do ferro e do aço; empreendimentos petroquímicos e hidrelétricos, além de obras de infraestrutura; interligar agricultura e indústria voltadas para constituir um mercado interno; para sua realização o governo contraiu uma elevada dívida externa (SEVERO, 2009, p. 178).

Houve também o entendimento de desenvolver um eixo industrial que estivesse distribuído pelo país, ao invés de concentrar-se na região central do estado Miranda. As principais obras foram: infra-estrutura para os setores agrícola e social (dutos, drenagens e esgotos), transporte (rodovias, auto-estradas, Aeroporto de Maiquetía, Metrô de Caracas, portos, ferrovias e frota mercantil) e de comunicações (telefonia); mineração (carvão, ouro e sal); fabricação (alumínio, aço e indústria naval); energia elétrica (eletrificação do Caroní-Edelca e da Companhia de Administração Anônima e Promoção Elétrica - Cadafe. Datam desse período, entre outras, Petróleos de Venezuela S.A. (Pdvs), Indústria Venezuelana de Alumínio S.A. (Venalum), Edelca, Cadafe e foi ampliada a Siderúrgica do Orinoco (Sidor). O montante inicial autorizado para endividamento foi de 31,7 mil milhões de bolívares e em 1977, o governo solicitou um aumento de 20% nessa soma por terem se mostrado insuficientes para dar continuidade à execução de suas proposta (SEVERO, 2009, p. 179).

As propostas acerca da nacionalização e constituição de uma indústria demonstraram-se na prática como muito mais associadas ao capital transnacional do que uma tentativa de tomada de controle do governo sobre o desenvolvimento econômico do país, uma vez que esse capital transnacional provou ser majoritariamente de natureza usurária, subtraindo elevadas somas por meio de indenizações desnecessárias e constituição de indústria em um processo parecido com o que foi levado a cabo entre Betancourt e o capital

¹¹ Ao observar esses objetivos apresentados pelo presidente, convergem com o estudo realizado por Celso Furtado acerca da complexidade da economia venezuelana e suas propostas para a autonomização da economia diante das problemáticas identificadas por ele. Furtado viajou à Venezuela à cargo de investigador da CEPAL e identificou como principais problemas a não diversificação característica da economia e a reduzida carga fiscal quando comparado a outros países com renda per capita inferior à Venezuela, além de uma elevada desigualdade social e que os governantes deveriam, sobretudo, investir as divisas do petróleo de forma a mudar esses problemas estruturais: “Nos próximos dois decênios a Venezuela poderá ter saltado a barreira que separa subdesenvolvimento de desenvolvimento, sendo quiçá o primeiro país da América Latina a realizar essa façanha, ou terá perdido sua chance na história” (FURTADO, 2008, p. 125).

transnacional, e tendo demonstrado o processo de substituição de importações uma difícil maturação que possibilite de fato substituir as faixas mais importantes da indústria. Entre 1974 e 1978, as importações consumiam 80% do ingresso das exportações petrolíferas. Além disso, a criação e transformação de instituições creditícias e de incentivo à pequena e média indústria na prática não cumpriram seus objetivos e foram caracterizadas como ineficientes, e, ainda sim, geraram imensos custos ao Estado, segundo estudos os capitais aportados a essas instituições transformaram-se em capitais de fundo perdido com lamentáveis consequências para a economia nacional (CRAZUT, 2006, p. 229-248). Os estudos críticos sobre esse período e as nacionalizações empreendidas durante esse governo estão embasados na irresponsabilidade do governo de calcular na prática as possibilidades e os custos de pôr em prática esses projetos com maior responsabilidade fiscal e que não se promoveu enquanto autônomo e não foi senão uma continuidade de outros processos que se propunham a dinamizar a economia mas na prática mantiveram sua dependência e um aumento do endividamento externo (SEVERO, 2009).

Em 1979, assume o governo Luís Herrera Campins (1979-1984), em um cenário de estagnação econômica herdando da gestão anterior uma dívida externa sem precedentes e custosos mega-projetos inacabados nas áreas de infraestrutura, projetos de grandes empresas e audazes planos agrícolas, além disso, a economia passava por diminuição na renda do petróleo e o aumento da parcela do orçamento compromissada ao pagamento do serviço da dívida externa (SEVERO, 2009, p. 197-198). O crescimento vigoroso como resultado dos recursos petrolíferos se viu interrompido na década de 1980. Ao longo do período de 1950-1979, os gastos de consumo cresceram a uma taxa superior à da população, o que aumentou o consumo por habitante. Essa situação contrasta com a involução que mostra essa variável durante a década de oitenta, em que o consumo real por habitante se contraiu (SILVA, 1994).

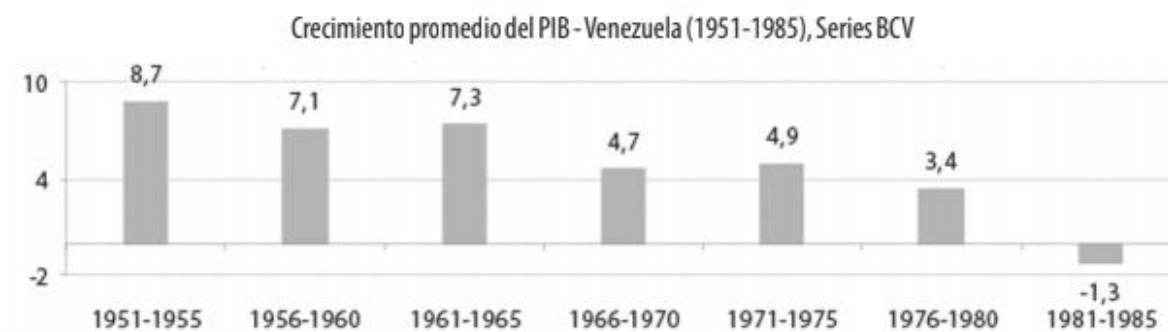
Sem prever o Segundo Choque do Petróleo, em 1979, o governo adotou medidas recessivas. Pelo lado da demanda, foi restringido o gasto público e o crédito, controlando o aumento da liquidez monetária, liberaram-se os preços e abriram-se as aduanas para a importação, as medidas tiveram consequências muito negativas sobre o investimento, sobre o consumo, sobre a produção e toda a atividade econômica. Isso deu início a um processo generalizado de quebras e desemprego (SEVERO, 2009, p. 199).

Em 1979, em razão da administração do governo de Carlos Andrés Pérez, o presidente da época Jaime Herrera Campins declarou que recebia um país hipotecado e que adotaria medidas de austeridade para recuperar a economia do país mas seu período de governo foi

ainda mais ineficiente que o anterior e só aumentou o endividamento externo, ao passo em que os preços do petróleo caíram aumentou o gasto público, as importações e o endividamento externo ainda que tenham ingressado um número elevado de divisas (SEVERO, 2009, p. 196-199).

A dívida pública externa registrada pelo Governo Nacional e publicada nos informes do Banco Central da Venezuela situava-se, ao fim de 1982, ao redor de 10 bilhões de dólares. Posteriormente, em 1983, em razão do controle de câmbio (Viernes Negro), foi realizado um inventário definitivo de ditas obrigações que foram avaliadas em 32,5 mil milhões de dólares (LUONGO, 2000, p. 845 *apud* SEVERO, 2009, p. 179). Desde os índices medidos sobre o PIB nos anos 1950, no começo da década de 1980, pela primeira vez é negativo: - 1,3%. O desastre econômico se deu de 1977 até 1985 e teve consequências negativas até os anos 1990. Como consta no gráfico abaixo, retirado da página 184 do livro de L. W. Severo:

gráfico 1 - Crescimento do PIB da Venezuela entre os anos de 1951-1985



Entre 1959 e 1998 a Venezuela pautou sua economia segundo os lineamentos de dois tipos de políticas econômicas: estruturalistas ou cepalinas e neoliberais. A partir da década de 1980 demonstra sinais de deterioro devido à insatisfação popular, às amplas margens dadas à corrupção e a significativa penetração de interesses estrangeiros. As diretrizes econômicas adotadas no pós-guerra haviam alcançado certa margem de êxito, sustentada pela intervenção estatal baseada nos ingressos petrolíferos que permitiu que alguns setores da população acendessem sua qualidade de vida. As políticas econômicas aplicadas nesse período desencadearam uma tendência especulativa durante o segundo governo de Rafael Caldera

(1994-1998) motivada pela incerteza gerada pelo colapso do sistema bancário¹² e a subsequente saída dos banqueiros do país. As políticas neoliberais influíram significativamente na flexibilização da segurança social (CORRALES, GARCIA, 2008).

Até aqui foi possível perceber que a economia não se desenvolveu de forma autônoma e sã, muito pelo contrário. A industrialização associada, o mau investimento do fisco e as fugas de capitais geraram bancarrotas e um déficit fiscal estatal, consequência da chamada “farrá financeira” da qual desfrutou a burguesia: conceito que será abordado com maior profundidade durante o próximo capítulo e é central nessa pesquisa (SEVERO, 2009; SILVA, 1994).

12 Esse tema será tratado com maior profundidade no próximo capítulo.

3. O CAPITALISMO RENTISTA VENEZUELANO E A BURGUESIA

A principal ferramenta de análise dessa tese é associar a economia venezuelana ao sistema-mundo capitalista entendendo a dívida externa, sobretudo, como instrumento de liquidez utilizado pelas economias centrais. A crise da dívida externa ao final do século XX está associada à financiarização da economia que se acentua a partir de 1970 e à própria dimensão rentista do capital financeiro. Na Venezuela a burguesia é excessivamente e majoritariamente ligada ao não-investimento produtivo e à fuga de capitais sob a lógica de aumentar seu acúmulo de capital perdendo de vista a economia nacional (SILVA, 1994; SMITH, 2012).

O condicionamento da política macroeconômica à integração mundial dos mercados financeiros e a dimensão que adquire não está sob controle do Estado, uma vez que a própria natureza especulativa é imprevisível e pode se desestabilizar com ataques cambiais coordenados. A crise da dívida externa latino-americana acontece em um contexto de dificuldade crescente dos bancos centrais de sustentar determinados tipos de regime cambial, uma vez que nenhum tipo de regime de câmbio está imune aos ataques especulativos (GABRIEL, OREIRO, 2008).

3.1 QUEM TEM MEDO DA BURGUESIA VENEZUELANA?

A burguesia venezuelana edifica-se aliada aos interesses do capital transnacional. É uma burguesia desnacionalizada e, ao longo da análise histórica de uma série de autores sobre a economia venezuelana, esse é um elemento chave para compreender o endividamento externo. A partir das pesquisas de Hector Malavé Mata, Domingo Felipe Maza Zavala, Federico Brito Figueroa, RamCarlos Rafael Silva, Emílio J. Medina Smith, Manuel Rodriguez Trujillo, José Sant Roz, entre outros, é possível extrair algumas conclusões. A burguesia venezuelana nunca chegou a vincular-se ao território nacional, até o início do século XX a burguesia era composta majoritariamente pelos comerciantes localizados nos portos e pela oligarquia rural. Cabe destacar que as lutas de independências e guerras civis fragilizaram o Estado que não tinha o mesmo poder militar e econômico capaz de desenvolver uma burguesia forte associada a outras atividades que não a agropecuária.

Ao desatar a tempestade do petróleo, a incipiente burguesia muda seu contorno e a oligarquia rural vende suas concessões a quem estivesse mais interessado a pagar por elas, as companhias transnacionais, e passaram a usufruir dessa renda e desse poder. Como já dito antes, o petróleo conforma uma renda internacional da terra. O restante da burguesia é composta por um setor importador a partir da abundância de divisas brindada pela arrecadação dos ganhos do petróleo (TRUJILLO, 1968, p. 118-124) e, gradualmente, pela banca comercial e privada, que também surge com a chegada do capital transnacional, diante das perspectivas favoráveis que oferecia o país ao investidor estrangeiro a partir da era petroleira (SILVA, 1994, p. 109).

Para entender a dívida pública externa contraída pela Venezuela de forma acentuada ao final do século XX é preciso observar o comportamento da burguesia desnacionalizada e das companhias transnacionais associadas aos interesses estado-unidenses. Dentro do processo de formação econômica venezuelano, é indissociável a interação entre oligarquias latifundiárias, importadores, banca privada, banca comercial, capital transnacional e governo: a burguesia venezuelana. A conformação do Estado com a chegada das transnacionais amplia e afirma quais rumos tomaria a economia e como seriam conformadas as classes sociais a partir da exploração desses recursos, que não foram reinvestidos na economia, apenas aprofundaram um processo de dependência. Esse fator demonstra porque se solidifica na Venezuela uma disputa pelo controle da exploração do petróleo, que por vezes a converte em um apêndice dos Estados Unidos, principalmente após o *Puntofijismo* (SEVERO, 2009; ZAVALA, 1987).

Ocorre a deformação no tipo de demanda e oferta internas e é erosionada a capacidade de um desenvolvimento endógeno voltado para as necessidades da população em sua totalidade. Além disso, as transferências financeiras em contas bancárias estado-unidenses ou paraísos fiscais geram um colossal processo de descapitalização, de drenagem de recursos venezuelanos ao exterior (ZAVALA, 1987). A má distribuição interna da renda gerou complexas barreiras na economia: os setores produtivos nos quais as expectativas de lucro são mais elevadas naturalmente têm atraído e concentrado maior volume de investimento. Isso fez prevalecer a produção de serviços personalizados de luxo, grandes residências e bens de consumo durável para porção privilegiada da população, ao mesmo tempo em que ocorre uma diminuição progressiva nas atividades produtivas que geram bens e serviços orientados à satisfação das necessidades básicas da população (SEVERO, 2009, p. 118; SILVA, 1994).

A taxa de câmbio a ser adotada na Venezuela foi objeto de disputa durante o século XX entre o setor exportador, o setor importador-rentista e os empresários do petróleo. estando em jogo a desvalorização ou a sobrevalorização do bolívar e sob quais consequências para a economia nacional (GABRIEL; OREIRO, 2008, p. 334-335; SEVERO, 2009, p. 34-35). Os empresários petroleiros eram contra a desvalorização do bolívar defendida pelos setores agrícolas, esses empresários apoiados pelo setor importador defendiam uma taxa de câmbio flutuante e a não intervenção do governo no mercado cambial. Quantitativamente, eram mais importantes os primeiros, por isso resultou que não houve desvalorização do bolívar (BAPTISTA, MOMMER, 2006, p. 13 *apud* SEVERO, 2009, p. 35).

Dessa maneira, se deram as condições para que a atividade petroleira deslocasse as demais e para que a agricultura deixasse de ser a principal força dinâmica da economia venezuelana (SEVERO, 2009; TRUJILLO, 1968). As empresas petroleiras se converteram no primeiro latifundista do país (FIGUEROA, 1996). Quando o afundamento do café estrangulou os rendimentos dos caudilhos rurais, grande parte dos investimentos declarou bancarrota ou migraram para atividade de importação, consideradas mais seguras e lucrativas e, anos mais tarde, esses recursos penetraram o negócio imobiliário, indústria e finanças nas grandes cidades (ARAQUE, 2007, p. 63-93 *apud* SEVERO, 2009, p. 36).

Segundo Gabriel&Oreiro (2008), existem importantes considerações acerca do regime de câmbio em economias externamente vulneráveis, como é o caso do chamado terceiro-mundo: moedas não-conversíveis internacionalmente; grande volatilidade nos fluxos de capitais externos; recorrência e persistência de déficits em contas correntes. Assim sendo, a operação do regime de câmbio flutuante faz com que a taxa de câmbio nominal esteja associada a uma grande volatilidade. A taxa de câmbio flutuante desestimula o crescimento econômico e impede que a demanda agregada acompanhe a expansão da capacidade produtiva, resultando em uma grande capacidade ociosa (GABRIEL, OREIRO, 2008).

O estado ocupa uma função dupla em relação ao interesse da sociedade e do mercado; ao mesmo tempo em que deve regular as atividades do capital corporativo na economia nacional deve garantir que os investidores externos percebam um ambiente atrativo e, sobretudo, manter-se alerta às flutuações do mercado internacional de forma que sua economia pareça sempre atraente ao capital transnacional (HARVEY, 2008, p. 160).

A Venezuela encontra-se na condição da maioria das economias latino-americanas, na qual as exportações dependem, em grande medida, de um só setor cujas vendas externas se encontram concentradas em um limitado mercado de compradores. A conformação das

classes sociais na Venezuela e a exportação do petróleo, em razão de sua elevada produtividade fiscal e geração de divisas, gera para o país elevado ingresso de divisas que, por sua vez, gera saída de capitais e pagamento de compromissos externos ao mesmo tempo em que mantém um elevado volume de bens e serviços e acumula um montante de reservas internacionais. Essa situação tornou possível manter um regime de completa conversibilidade da moeda, com exceção de alguns períodos: durante a década de 1940; em 1960-1964 e em 1983-1988, quando se impuseram restrições cambiais com o propósito de proteger as contas externas do país (SILVA, 1994, p. 73). Por essa razão estruturante não é possível entender a situação das contas externas venezuelanas negligenciando a influência dos capitais especulativos na economia.

Ademais da sobrevalorização do bolívar atendendo as demandas da burguesia, houve um aumento nas importações gerado pela exoneração sobre direitos de importação concedidos às empresas petroleiras que tinham autorização para trazer do exterior desde máquinas até alimentos e cigarros. A exoneração sobre os direitos de importação converteu-se em uma ferramenta utilizada de forma desmedida sem fiscalização alguma, transformou-se em um dos canais para promover a fuga de capitais. Segundo o ministro Gummersindo Torres, foram 172 milhões de bolívares por impostos arrecadados das atividades das empresas petroleiras diante de 233 milhões de bolívares em exonerações por mercadorias trazidas ao país sem pagar direitos tarifários, seria melhor dar-lhes o petróleo e que paguem os impostos tarifários (BAPTISTA, MOMMER, 2006 *apud* SEVERO, 2009, p. 36-37).

3.2 FORMAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO VENEZUELANO

O capital transnacional penetra desde muito cedo a economia venezuelana e adquirido o controle da economia e da política conduz o desenvolvimento do país (D’ORAZIO, 2007; HIRSCH, 1995; TRUJILLO, 1968; SEVERO, 2009). São incontáveis os materiais que comprovam essa penetração dentro do Estado no planejamento de golpes de Estado e freio a qualquer tentativa de autonomizar o processo econômico. A industrialização nacional associada às empresas multinacionais, as empresas mistas e a falsa nacionalização do petróleo (a que se referem alguns como *nacionalización chucuta*) e do ferro são alguns exemplos. A lógica operada na Venezuela é a seguinte: o capital transnacional busca assegurar e ampliar seu controle sobre os recursos no território de forma a expandir-se e grande parte do dinheiro é depositado nas suas contas nos países onde estão localizadas suas casas matrizes e o produto é exportado mundialmente, o que garante sua receita. É importante para o capital

transnacional assegurar o controle desse processo e a exploração do recurso da forma mais vantajosa possível. Desse processo se beneficiam as elites que repartem entre si as divisas: investidores estrangeiros, banca privada, banca comercial e os importadores. Essa parcela da população e membros do governo usam essas divisas para adquirir ativos financeiros (SEVERO, 2009; SILVA, 1994).

Durante o governo de Eleazar López Contreras (1935 - 1941) foi criado o Banco Central da Venezuela (BCV). A discussão, sanção e posta em lei tropeçou com uma forte oposição de grupos financeiros privados e qualificados. Rômulo Bettancourt (1940) publica sua visão acerca disso, onde afirma: “Possivelmente não existiu outra iniciativa progressista do Presidente López que tenha encontrado tanta solapada e sistemática oposição como a do Banco Central” (BETANCOURT, 1940, p. 282 *apud* SILVA, 1994, p. 37). Um dos bancos comerciais, o Banco Venezuelano de Crédito, um dos seis que desfrutava do privilégio de emitir bilhetes, negou-se a entregar o ouro que respaldava suas emissões. No campo externo, a situação também não era favorável com a declaração formal da Segunda Guerra Mundial, em Setembro de 1939. Esse evento teve impacto na quantia, direção e composição do comércio exterior e na percepção de divisas e ingressos fiscais, causando profundas transformações na vida econômica do país. As vitórias da Alemanha na Europa Ocidental fecham esse mercado para as exportações venezuelanas e importações desses países, concentrando o mercado nos Estados Unidos e Inglaterra. Em 1940, o executivo nacional se vê obrigado a decretar que as importações e administração de divisas para pagamento ao exterior seriam submetidos ao controle governamental (SILVA, 1994, p. 22-34).

O sistema financeiro à época era rudimentar considerada a economia a qual servia, integrado fundamentalmente por bancos comerciais. O crédito especializado estava a cargo de instituições financeiras governamentais e contavam com escassos recursos, o Banco Agrícola, Banco Pecuário e Banco Obreiro. O mercado de divisas que começava a cobrar importância devido à intensificação das atividades petroleiras começou a ser administrado desde 1934 através de um banco comercial e, a partir de 1937, pela Oficina Nacional de Centralização de Câmbio. Em 1941, o BCV assume essa função, passa a centralizar as reservas monetárias internacionais do país e a reger, de maneira integral, o primeiro sistema de câmbios múltiplos do país. Nesse período, a Venezuela apresentava uma reduzida população distribuída de maneira dispar no território, o que estimulou a imigração para incrementar o crescimento demográfico no país (SILVA, 1994, p. 27-29; TRUJILLO, 1968).

O Banco Central estabeleceu-se sob a forma de companhia anônima com capital misto, onde nenhuma pessoa física ou jurídica poderia possuir mais de 10 ações, à exceção do governo, durante seus primeiros 20 anos. Outro ponto que merece ser exposto é a composição do BCV que no seu princípio contou com uma Comissão Organizadora de duas pessoas de experiência em assuntos bancários, e cuja uma de suas atribuições junto a dois outros membros seria convocar a assembleia geral constitutiva, tão logo fosse inscrito o capital necessário total estipulado para seu funcionamento. O BCV inicia suas atividades em 1941 e se incorpora com retardo a um movimento propiciado desde 1920 em uma conferência financeira internacional em Bruxelas, onde se havia recomendado que todos os países que não possuíssem um banco central procedessem a fazê-lo com o duplo propósito de manejar internamente sua política e operações monetárias e financeiras e externamente para canalizar as operações e negociações dessa natureza (SILVA, 1994, p. 22-40).

No fim da década de 50 e começo dos anos 60, o Banco Central se viu obrigado a empreender uma ativa gestão em favor de uma série de instituições privadas que enfrentavam uma série de dificuldades de liquidez e, em alguns casos, de solvência financeira. Em parte, esses problemas afloraram como reflexo dos acontecimentos políticos ocorridos na Venezuela no início dos anos 1958, os quais, somados à Revolução Cubana no começo de 1959, criaram um clima geral de incerteza e medo que geraram fuga de capitais, e a isso se soma também a deficiente administração de algumas instituições que haviam outorgado créditos quantitativos a empresas vinculadas a seus gerentes ou em investimentos concebidos com o propósito de controlar empresas subsidiárias. Nesses anos e em anos subsequentes, o executivo nacional e as autoridades bancárias se viram obrigados a adotar algumas políticas para garantir o funcionamento e a confiança coletiva no sistema creditício, a fim de evitar prejuízos e o fechamento de bancos e outros institutos de crédito. Para isso, no entanto, o Estado adquiriu ativos financeiros como garantia das dívidas contraídas. A magnitude e variedade dos ativos recebidos como pagamento pelo Banco Central alcançaram tais proporções que o instituto se viu obrigado a criar uma Vice Presidência de Administração e Liquidação de Ativos, dentre suas funções evitar apropriações indevidas através de invasões (SILVA, 1994, p. 155-158).

A “farra financeira”, que ocorreu durante o século XX na economia venezuelana, caracterizava-se por uma elevada fuga de capitais e solvência financeira. Em alguma ocasião, o Diretor do Banco Central afirmou que o país passava por um processo de paulatina estatização da banca, não por uma ação deliberada de uma política de Estado, mas pela má administração do negócio bancário que haviam feito alguns de seus colegas (SILVA, 1994, p.

159). Muitos dos bancos e institutos de crédito tiveram seu capital repostado por instituições do setor público. Na década 60, o Ministro da Fazenda recusou o pedido feito para que fossem destinados fundos da Tesouraria Nacional para um banco com dificuldades, em seu conceito, quem situasse dinheiro do Tesouro em um banco cuja situação patrimonial era a que constava em informe da Superintendência de Bancos deveria ir preso (SILVA, 1994, p. 160).

A solvência financeira enfrentada pelas instituições financeiras e bancárias esteve sempre ligada às más colocações, na maioria dos casos, vinculadas às empresas nas quais tinham interesse os administradores dos bancos ou dos investimentos que esses mesmos administradores realizavam em empresas sob seu controle ou de seus associados. Nesse cenário, os créditos que poderiam ser requeridos nacionalmente também poderiam ser obtidos do exterior, apoiados na livre conversibilidade em um tipo de câmbio invariável da moeda nacional. Isso pode ser confirmado pelas linhas de crédito que uma série de bancos do exterior abriu à Central Hipotecária, para que operasse como estabilizadora do mercado de cédulas hipotecárias, como as consideráveis obrigações que algumas sociedades financeiras contraíram no exterior e que se converteram em parte substanciais da dívida privada externa do país. Isso ocorreu com as quantitativas obrigações que contraiu o Banco Nacional de Poupança e Empréstimo no estrangeiro para assistir com seu crédito às entidades de poupança e empréstimo (SILVA, 1994, p. 162)

Por anos, o Sistema Nacional de Poupança e Empréstimo nem sequer solicitou crédito algum ao Banco Central porque tinha ciência de que seu requerimento creditício impunha um tipo de assistência distinta da que podia ser proporcionada pelo Banco Central. Esses bancos hipotecários e sociedades financeiras utilizaram, anos mais tarde, o incongruente expediente de contratar créditos no exterior e em moeda estrangeira para atender ao crédito e ao consumo doméstico em moeda nacional. As empresas em questão se viram impossibilitadas de honrar os compromissos assumidos e começaram a gestionar um tratamento de exceção através do reconhecimento da dívida privada externa e tiveram que pedir o auxílio do Banco Central e do Fundo de Garantia de Depósito e Proteção Bancária para que lhes fossem emprestados os bolívars com os quais adquiriram do Banco Central as divisas necessárias para realizar seus pagamentos no exterior (SILVA, 1994, p.163-164). Um caso único no mundo, um Banco Central que além de suprir as divisas demandadas pelos interessados a um tipo de câmbio preferencial também fornecia a moeda nacional para adquirir as divisas (para pagar compromissos) em épocas que a dificuldade no balanço de pagamentos havia obrigado a estabelecer um controle de câmbio de alcance nacional baixo modalidade de câmbios

diferenciais (PELTZER *apud* SILVA, 1994, p. 164). Esse tipo de situação sempre fora evitada pelo Banco Central por julgar que não era competência de um Instituto Emissor que administrasse políticas de ordem monetária e financeiras sãs (SILVA, 1994, p. 165).

Além disso, há um problema no balanço de pagamentos no que diz respeito ao desequilíbrio externo das contas porque, se as reservas internacionais são drasticamente reduzidas, isso força governo a recorrer a empréstimos externos e implantar, como contrapartida, Planos de Ajuste Estrutural (PAE), sacrificando alguns objetivos macroeconômicos para cumprir com o serviço da dívida (GRIFFITH-JONES; SUNKEL, 1990; SMITH, 2005, p. 41). As medidas adotadas nessa situação comprometeram as pessoas mais vulneráveis economicamente, a grande maioria da população. As medidas econômicas adotadas nesse caso são impostos de caráter regressivo, em outras palavras, uma retirada proporcionalmente maior das pessoas com menor capacidade de contribuir, como, por exemplo, o imposto à inflação ou o imposto sobre valor agregado (IVA) (NG'ENO, 2000 *apud* SMITH, 2005, p. 40). Há a redução substancial dos salários e da distribuição dos rendimentos para o pagamento do serviço da dívida. Isso gera uma situação severa de deterioração da qualidade de vida dos estratos sociais mais próximos da base da pirâmide social enquanto a elite que adquiriu ativos estrangeiros previamente à imposição dos controles de capital segue intocada.

3.2.1 Fuga de Capitais e desequilíbrio no Balanço de Pagamentos

O balanço de pagamentos trata-se do registro dos pagamentos de todos os tipos feitos por um país aos demais países do mundo e os pagamentos recebidos por esse país de todo o mundo, esses pagamentos são compostos por uma variedade de contas que contemplam empréstimos e financiamentos; e o mais importante: a entrada de divisas, que podem acarretar pagamento de juros, remessas de lucros para o exterior, etc. Esse registro está dividido em quatro contas: balança comercial; balança de serviços; transferências unilaterais; conta capital (SANDRONI, 1989).

A balança de serviços ou conta de serviços e a conta capital são os dois aspectos centrais para analisar o endividamento externo. À exceção dos Estados Unidos que conta com um elevado número de empresas transnacionais que tem sua matriz localizada nesse país, os outros países obtêm majoritariamente suas divisas na balança comercial que é um aspecto importante do balanço de pagamentos ao indicar um déficit persistente, no caso da Venezuela esses compromissos acarretam em um endividamento externo devido ao elevado número de

divisas ao qual corresponde esse valor. Além disso, outras questões referentes à fuga de capitais também são importantes para além do déficit primário persistente, e serão abordadas ao longo da sessão.

Segundo Sandroni (1989), no tocante à balança de serviços, um item em especial está tirando o sono da população latino-americana e caribenha: as “despesas-pesadelo”: os juros (empréstimos e financiamentos) e os lucros e dividendos (investimentos diretos). No caso venezuelano ingressam divisas referentes aos empréstimos, financiamentos e investimentos realizados fora do país, já no segundo caso é inexpressiva a entrada de divisas porque entre 1970-2000 não havia um número significativo de empresas venezuelanas que operassem em outros países, senão o contrário.

A Balança de Serviços e a conta capital são dois aspectos centrais para entender a crise do endividamento externo venezuelano, em outros termos, a partir da análise dessas duas contas (em conjunto com a balança comercial) é possível visualizar como/porque ocorre e/ou progride o endividamento externo a partir dos anos 1970 (apesar dos dois choques do petróleo) (SILVA, 1994).

No que diz respeito à Conta de Capital, são registrados: a) os investimentos diretos das empresas de venezuelanos no exterior e de estrangeiros na Venezuela; b) os empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos tomados pela Venezuela e concedidos por ela; c) amortizações de médio e longo prazos; d) os movimentos de capital de curto prazo.

O balanço de pagamentos mostra um fluxo, enquanto o endividamento externo constitui um stock, o movimento do endividamento externo afeta tanto a conta corrente quanto a conta capital. Na conta capital é registrado o movimento da dívida externa contratada pelo setor público, por empresas do Estado e pelo setor privado. As saídas mostram os movimentos líquidos no ano, cujos resultados dependem da relação existente entre o endividamento bruto e o montante pago pelas amortizações de capital durante esse mesmo período. Por isso, um saldo negativo significa que a amortização de capital foi maior que o endividamento bruto, já um saldo positivo indica o aumento do endividamento externo. O montante de juros depende do montante da dívida, assim como das condições estipuladas no contrato (SANDRONI, 1989). Dada a evolução na dívida externa venezuelana, a maior parte dos empréstimos foi contratado a taxa de juro flutuante baseado na LIBOR ou na taxa preferencial cobrada pelos bancos norte-americanos em que o diferencial varia conforme a solvência estimada do país devedor (HIRSCH, 1995).

A partir do século XX, a burguesia nacional representada pela oligarquia rural perde o domínio pela mudança na economia e no ingresso nacional que representou o petróleo, ainda que sua renda tenha sido partilhada entre uma parcela reduzida (capital transnacional, burguesia e alguns governantes) que, se tivesse sido bem administrada, poderia ter promovido a comunicação entre diferentes setores da economia de forma a desenvolver uma economia produtiva e, ao mesmo tempo, assumir o controle do petróleo. No entanto, sempre foi vantajoso para esse grupo descrito manter sob tutela estrangeira a indústria do petróleo¹³, assim como manter a economia dependente de um rentismo que os beneficiava. A renda do petróleo e das divisas outorgadas pelo Estado foi utilizada de forma fraudulenta em manobras especulativas, depósitos em paraísos fiscais e investimentos que multiplicaram esse capital em mercados financeiros, com a cumplicidade do Estado. Essa é uma das razões do crescimento do stock da dívida externa adquirida essencialmente com a banca privada internacional pelos governos, e, em particular, pelas Empresas do Estado (EDE) que a pesquisa se propõe a analisar (SMITH, 2005, p. 11-12). Sobre a fuga de capitais se falará a seguir.

Em alguns casos, a fuga de capitais ocorreu baixo regime de controle de câmbio, isso representa um subsídio implícito dado a sobrevalorização da moeda (DÍAZ-ALEJANDRO, 1984; DUWENDAG, 1989; NYONI, 2000 *apud* SMITH, 2005, p. 40). A análise da fuga de capitais desde fins da década de 60 é a metodologia usada para analisar os impactos da racionalidade econômica da burguesia, ao assinalar que o déficit orçamental gerado na segunda metade do século XX, principalmente com o aumento significativo da fuga de capitais em meados de 1960, gera a escassez de divisas e demonstra a fragilidade de uma economia baseada nas aventuras financeiras de uma classe aliada globalmente, visto que saem do país sob forma especulativa devido a vantagens de risco e aumento dos lucros (SMITH, 2016). Essa é uma matéria que diz respeito também aos bancos comerciais uma vez que a soma de capital emprestada aos países em desenvolvimento, ao invés de ser investida como planejado de forma produtiva sai do país novamente (KHAN; UL-HAQUE, 1987 *apud* ANTHONY; HALLET, 1992, p. 539).

O fenômeno da FC tem três motivações principais: a relação entre taxa de risco e taxa de interesse e o tipo de câmbio, risco político, e o grau impositivo, sobretudo a FC ocorre

¹³O capítulo dois tem o objetivo de elucidar a importância que jogou o capital transnacional na economia, foram expostos alguns dos principais episódios em que houve na Venezuela interferência direta dos Estados Unidos na política econômica a fim de garantir o interesse de suas empresas

quando as taxas de retorno do investimento são mais lucrativas no exterior. Isso pode conduzir à dolarização – substituição gradual da moeda doméstica em circulação por um grupo de moedas fortes – dentro do país (CHESNAIS, 1996; SMITH, 2016, p. 36).

A FC perfaz uma escala de 30% a 40% dos empréstimos na década de 1980 e mostrou ser um dos principais fatores de deterioração das economias latino-americanas, como o caso do México, Argentina e Venezuela (ANTHONY, HALLET, 1992, p. 539; SOLOMON, 2001). O serviço da dívida somado à FC gera um esvaziamento das divisas, reduzindo o investimento público e o crescimento (ANTHONY, HALLET, 1992, p. 539). As políticas econômicas deficitárias somadas à incapacidade de assimilação eficiente das divisas provenientes do petróleo levaram ao agravamento da extrema dependência e vulnerabilidade diante de um sistema econômico internacional cada vez mais instável. A contração dos gastos públicos gerou uma queda dos salários e das rendas reais, o que ampliou o déficit fiscal, em outras palavras gera um círculo vicioso recessivo (GRIFFITH-JONES; SUNKEL, 1990). A fuga de capitais não representava um problema diante da facilidade do Estado de contrair empréstimos externos, no caso da Venezuela seguiu-se emprestando dinheiro sem exigir um Plano de Ajuste Estrutural (PAE), até 1984 (SMITH, 2016).

Desde um ponto de vista estritamente empírico, as variáveis macroeconômicas são de seis tipos: sobrevalorização do tipo de câmbio e a previsão da desvalorização da moeda devido ao “descarrilhamento” do tipo de câmbio (Cuddington, 1986; Lessard, Williamson, 1987; Pastor, 1990 *apud* SMITH, 2016, p. 37); instabilidade política e mal estar social (DORNBUSCH, 1990; LENSINK, 2000 *apud* SMITH, 2016, p. 37); taxas de inflação altas e voláteis; repressão financeira: taxas de interesse reais negativas devido à existência de tetos nos tipos de interesse nominais, investimentos forçosos e imposto às transações (DÍAZ-ALEJANDRO, 1985; FRY, 1997 *apud* SMITH, 2016, p. 37); rápida expansão monetária e grandes déficits fiscais; e incentivos externos (MCLURE, 1989; MAHON, 1996, SMITH, 2016).

No caso da Venezuela o elevado declínio do preço do petróleo resultou em forte contração dos gastos públicos e, conseqüentemente, a fixação da taxa de câmbio nominal, o acúmulo dos passivos de curto prazo e a aposta na fragilidade da taxa de câmbio fixa gerou uma fuga de capitais em massa. Após essa maciça fuga de capitais o país é levado a introduzir as reformas liberalizantes. Na década de 1990, os depósitos no exterior em relação aos depósitos totais atingiram uma razão superior a 200%. A saída de capitais antecipando o

colapso dos regimes cambiais e seu retorno após a desvalorização afirmou-se como principal atividade especulativa de uma ampla camada de rentistas, o aprisionamento da política econômica à porta giratória dos fluxos de capitais propiciou extraordinários ganhos patrimoniais e financeiros (MEDEIROS, 2008)

Por tratar-se de um objeto que funciona a partir da ilegalidade e volatilidade, é difícil medir com precisão a fuga de capital, por que em muitos casos as transações não são registradas e são ilegais, além de serem voláteis, há períodos de tempo em que a fuga de capital é alta e em outros períodos reduzida, o que leva a concluir que esses fluxos estão associados a fenômenos econômicos nesses períodos, o que se quer dizer é que apesar da consulta às investigações acerca desse fenômeno e sua relação com a crise do endividamento externo não é possível captar sua totalidade em números dadas a condições vantajosas oferecidas pelo sigilo e a rentabilidade oferecida no mercado internacional de forma que os investidores preferem depositar seu dinheiro nas contas dos bancos credores do que investir produtivamente no país, ademais a escassez de divisas provocada pela massiva fuga de capitais a partir de 1979 será abordada no próximo capítulo, mas já adianta-se a importância desse fenômeno na relação fuga de capitais e desequilíbrio no balanço de pagamentos (HIRSCH, 1995; CEPAL, 2013).

A contratação massiva de dívidas ocorre a partir dos anos 60 e, desde então, só aumentaram as somas até que o endividamento torna-se insustentável, como pode ser observado durante os anos 1990. Quem paga as consequências da “farra financeira” não é a burguesia, principal responsável pelo afundamento da economia. Segundo Maza Zavala (1987), a dívida foi contraída em uma primeira etapa (1974-78) como recurso complementar para acelerar o crescimento econômico do país, mas converteu-se rapidamente em um meio para sobrepôr o déficit corrente, a ineficiência administrativa e práticas de corrupção (ZAVALA, 1987). Enquanto contraíam-se empréstimos para projetos específicos de desenvolvimento, os institutos autônomos do Estado continuavam endividando-se anarquicamente¹⁴ (BATALLA, CRAZUT, 1986, SEVERO, 2009; SILVA, 1994).

14 Isso gera o problema da dívida flutuante uma vez que os empréstimos de curto prazo são contraídos sem contar com disponibilidade para cancelá-los e, geralmente, à margem da Lei de Crédito Público, essas obrigações se convertem em obrigações de médio e longo prazo que são absorvidas pela República através de refinanciamentos (BATALLA, CRAZUT, 1986, p.. 30-31).

4. A CRISE DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO VENEZUELANO

Existem distintos entendimentos e distintas explicações acerca da crise do endividamento externo na América Latina no final século XX. De um lado, há explicações voltadas para um saneamento da economia e do sistema internacional com base em uma análise superficial do balanço de pagamentos (BAER; LICHTENSZTEJN, 1986, p. 74-82) utilizando, para isso, a teoria monetarista que justifica a conduta econômica das instituições financeiras bancárias e não bancárias. Essa análise deixa de fora a relação entre diferentes fatores como, por exemplo, os processos históricos e suas respectivas hegemonias e as relações entre a burguesia internacional.

Mundialmente, sustenta-se o não-pagamento da dívida externa a partir de estudos sobre as condições sob as quais se estabelece o endividamento, ilegítimo quando classificado como dívida odiosa ou se encaixa na cláusula de força maior¹⁵ (TOUSSAINT, 2004). Assim como as consequências sobre as economias nacionais, realiza-se debate sobre as implicações da abertura econômica e vulnerabilidade externa no movimento da financiarização da economia, esse debate será melhor realizado no segundo capítulo, quando analisada a dívida externa venezuelana. Ou seja, a dívida pública externa adquire outra dimensão a partir da financiarização da economia, na qual insere-se a crise da dívida externa latino-americana (CHESNAIS, 1996).

A formação socioeconômica da Venezuela exhibe no curso de seu comportamento contemporâneo, relações de dependência inseridas em um modelo de exploração neocolonial. A extração imperialista do petróleo constitui elemento determinante dessa dependência, ao mesmo tempo em que um fator de descapitalização e transtorno permanente na economia venezuelana. O falso desenvolvimento da economia venezuelana encobre as grandes contradições estruturais, oculta o conteúdo do endividamento externo acumulativo, impede o desenvolvimento industrial integrado e autônomo, dissimula a inequidade na distribuição do ingresso e mantém as raízes estruturais do desemprego (MATA, 1975, p. 255).

As dívidas externas tornam-se um negócio rentável e uma transferência de riqueza dos países periféricos aos centrais. A dívida tornou-se uma forma de assegurar o controle das

15 A dívida odiosa trata-se de uma dívida contraída contra os interesses da população nacional, é juridicamente ilegítima, em caso de mudança no regime político as novas autoridades não são obrigadas a reembolsá-la; já a Cláusula de Força Maior reconhece que se houver uma mudança nas condições de um contrato pode torná-lo nulo, os contratos que requerem o cumprimento de uma sucessão de compromissos no futuro estão submetidos à condição de que as condições estabelecidas no contrato não mudem, como, por exemplo, uma alteração na taxa de juro (TOUSSAINT, 2004).

economias de forma a enfraquecer a moeda, reduzir o investimento público e abrir os mercados de câmbios e a economia a empresas privadas, garantindo o lucro dos bancos e outros monopólios, presentes na tomada de decisão e na administração do FMI e do Banco Mundial (GRIFFITH-JONES; SUNKEL, 1990; TOUSSAINT, 2006). A história econômica venezuelana consolida um pacto político não democrático e desigual que se torna insustentável em sua condução da economia. Nesse cenário, o endividamento externo gerou uma situação econômica insustentável levando o governo a pedir a renegociação da dívida externa, no entanto, isso foi estabelecido sobre medidas para “sanear a economia”, que custaram caro para a saúde da população.

O endividamento externo massivo que faz eclodir na Venezuela a maior crise social vivida no século XX diz respeito aos efeitos das medidas do Plano de Ajuste Estrutural estabelecido pelo FMI como contrapartida para o empréstimo solicitado pelo país¹⁶, que, por razões que serão abordadas neste capítulo, encontrava-se em déficit durante a administração de Carlos Andrés Perez (1989 - 1993).

4.1 BREVE HISTÓRIA DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO VENEZUELANO

A natureza do problema da dívida não é meramente abstrata, fazê-lo assim seria reduzir a um problema financeiro, ao defini-lo a partir de cifras que podem ter maior ou menor impacto sobre alguma das duas partes, esse problema deve ser compreendido em toda sua importância para que sua posterior quantificação não conduza a um problema de apreciação. Para o credor configura-se enquanto um problema diante da responsabilidade que compartilha um banco com seus acionistas assim como diante das pessoas que mantêm aí suas poupanças e em relação ao próprio mercado diante do funcionamento que demonstrará essa empresa. Os bancos constituem uma parte significativa do sistema financeiro e, portanto, são fundamentais no desenvolvimento socioeconômico de um país.

Ademais, a dívida não pode ser dissociada dos rendimentos ou do bem-estar econômico nacional, a dívida externa significa uma limitação no uso dos ingressos disponíveis uma vez que a dívida externa, pública ou privada, compromete as divisas necessárias para evitar déficit no balanço de pagamentos, como consequência dessa limitação governo tem sua capacidade de ação reduzida internamente e externamente. Por conseguinte

¹⁶Diferente de outros países, por possuir abundância de divisas, nos primeiros empréstimos solicitados pelo país não foi exigida contrapartida, mas o crescente déficit faz que no empréstimo de 1984, concedido pelo FMI, sejam endurecidas essas condições (SMITH, 2016).

surtem problemas de caráter social, político e militar. É importante frisar que todo o crédito corresponde a um débito, esse é a fundamentação do sistema contábil utilizado mundialmente.

Ao obter recursos mediante o endividamento o governo tem duas opções: recorrer às poupanças internas ou às poupanças externas. Em ambos os casos o credor empresta com a expectativa de obter uma soma equivalente ou superior à emprestada no prazo estipulado. Portanto, o endividamento deveria ser utilizado para aumentar a renda nacional a um valor minimamente igual ao importado mediante o empréstimo, o que se quer dizer em suma é: o endividamento deve ser utilizado para financiar gastos de investimento. O endividamento externo implica a transferência de recursos econômicos no pagamento das taxas de interesse e da amortização. O país credor não pode modificar os termos sob os quais a negociação foi feita: o montante, o prazo e a taxa de interesse (TOUSSAINT, 2006).

O endividamento externo compromete a renda das cidadãs e cidadãos, na medida em que o esquema impositivo é regressivo, o que compromete o patrimônio daqueles que têm menos e que além de serem reduzido o gasto público também são afetados pela tributação.

A dívida externa é um dos temas mais penosos da realidade venezuelana, duas posições sobre esse tema foram deslegitimadas, a de Aldo Ferrer que propôs que fosse congelada a taxa de interesse e a do presidente peruano Alan García de que o pagamento da dívida externa se limitasse a dez por cento das exportações a fim de não comprometer recursos potencialmente necessários ao desenvolvimento nacional (RIVAS *apud* HIRSCH, 1995). A dívida externa configurou-se em momentos da história venezuelana em um problema de segurança e defesa nacional sobre o qual o cônsul argentino Luís Maria Drago formulou sua doutrina conhecida como Doutrina Drago, segundo ele a dívida externa não pode dar lugar a uma intervenção armada, muito menos à ocupação material do território por potências europeias, repercutindo o evento de 1902 quando os navios ingleses, alemães e italianos ocupam *La Guaira* (já abordado anteriormente nesse trabalho). Assim sendo, cabe realizar um balanço econômico do endividamento externo até a crise do endividamento externo que tem suas origens na década de 1960.

4.1.1 A Dívida Externa no Século XIX

Algumas considerações são importantes acerca do endividamento externo venezuelano, os empréstimos concedidos com banqueiros londrinos passaram por um aumento dos montantes acordados nos empréstimos. O objetivo dessa sessão não é aprofundar-se na natureza do endividamento externo do século XIX, no entanto, ao observar o

caráter e as manobras financeiras em comum nesses empréstimos contratados no século XIX, é possível entender questões conceituais de alguns motivos pelos quais a dívida torna-se impagável:

Nuestra apreciación se fundamenta en el hecho que de la correspondencia entre El Libertador y don Luis López Méndez, 'agente y comisionado de la naciente república' se puede adelantar el criterio que la deuda en realidad no superaba las 350.000 libras esterlinas. Para continuar con los eufemismos podemos decir que el comportamiento poco ético de los banqueros concuerda con nuestra premisa acerca de la naturaleza humana. Se aprovecharon del cambio de negociadores, las lagunas informativas, etc., para más que duplicar su ganancia contable de un año a otro. En honor a la verdad es de reconocer que los banqueros algunas veces reconocían sus pillerías. Así en 1824 los financistas devolvieron un saldo de 875.000 dólares que confesaron se debía a Colombia; de los 10.000.000 contratados por Francisco Antonio Zea (HOOD apud HIRSCH, 1995, p. 33)

Ao analisar o empréstimo de 1862, o governo venezuelano emitiu bônus no mercado inglês e foi acordado um empréstimo com valor nominal de de 1 milhão de libras esterlinas, no entanto se colocou 63% do valor a par e foi deduzido 214 mil libras por conceito de juros sobre dívidas anteriores; 27.500 libras por comissão e corretagem; 60 mil libras por juros do primeiro ano e 20 mil libras por cota de amortização, o governo venezuelano recebeu somente 400 mil libras e o garantiu com 55% dos rendimentos das aduanas de *La Guaira* e *Puerto Cabello* (HIRSCH, 1995, p. 34). A dívida externa tornou-se um negócio lucrativo do qual todos queriam participar, ainda sobre o empréstimo de 1862 Mirian Hood (1975) expõe:

Sobre el particular debe recordarse que desde 1713 hasta 1854, cuando se abolieron las leyes sobre usura, la tasa de interés legal era de 5% fijo por año. Estas eran condiciones excelentes en cuanto concernía a los acreedores extranjeros, pero tremendamente duras para los venezolanos. De paso que el Foreign Office permitió que Mr. Doventon Orme, Cónsul General de Su Majestad en Venezuela se asociara a él como agente conjunto (HOOD, 1975, p. 79-80 apud HIRSCH, 1995, p. 34).

A contratação do empréstimo de 1864 “nos brinda lecciones adicionales sobre la naturaleza humana; acerca de la corrupción y de las posibilidades de confabulación de intereses aparentemente opuestos en perjuicio de los intereses nacionales (HIRSCH, 1995, p. 35). Com o respaldo da totalidade dos rendimentos aduaneiros Guzmán Blanco negocia um empréstimo de 1.500.000 libras com a *General Credit & Finance Company of London LTD*, as condições estabelecidas foram que a Venezuela receberia 40% do valor total solicitado: 600 mil libras a uma taxa de 6% de interesse anual e uma comissão da Companhia de 5%. Como garantia a

Venezuela estabeleceu a hipoteca dos rendimentos das aduanas de *La Guaira, Puerto Cabello* e *Ciudad Bolívar* e na situação de não gerarem uma receita suficiente o pagamento seria realizado com os rendimentos das demais aduanas. No entanto, dado o tamanho descrédito da Venezuela na época a Companhia logra um empréstimo de 428.500 libras esterlinas. Nessa época Guzmán Blanco paga antigas dividas da Venezuela com a França e os Estados Unidos. Sobre esse episódio Díaz Sánchez (1952) escreve sobre Guzmán Blanco:

Le quedan 400.000 libras en bonos que es necesario dejar colocadas de algún modo. Entonces surge un nuevo personaje, un tal William Morgan, que hipoteca las 400.000 libras por 120.000 desembolsando en realidad 88.000. Y así se realiza, al fin, esta admirable negociación en la que se sacrifica el destino de un pueblo hambriento, sangrante y enfébreo en aras de la avaricia de hombres que tiemblan al recordar su pasada pobreza. Alrededor de un millón y medio de pesos recibe la República para saciar las ansias de sus héroes. Casi diez millones tendrá que pagar por ellos a lo largo de un cuarto de siglo (SÁNCHEZ, 1952, p. 491-492 apud HIRSCH, 1995, p. 37)

Esse é o balanço numérico em pesos do empréstimo no momento da suspensão do pagamento de juros e amortização em 1867 (HIRSCH, 1995, p. 37), nas cifras presentes na tabela abaixo pode observar-se que a rigor a Venezuela pagou o empréstimo mas os termos da contratação geraram uma soma impagável:

Tabela 6 - Cifras no momento da suspensão do pagamento de juros e amortização em 1867

O que ingressou ao Tesouro venezuelano	\$ 1.480.349,05
O que foi entregue em efetivo pelas aduanas aos agentes ingleses	\$ 2.590.738,00
Déficit Fiscal	1.110.388,95
Soma do déficit fiscal e do capital do empréstimo quando se suspenderam os pagamentos em 1887	\$ 10.296.614,95

Fonte: HIRSCH, A. E. V. **Negociación de la deuda externa pública venezolana.** p. 37. 1995. Caracas

Ainda no século XIX, a Venezuela teve que pagar indenizações referentes aos danos sofridos por estrangeiros nas guerras civis: ‘*Resulta cuando menos curioso que los súbditos británicos no estuviesen asegurados cuando LLOYD’S de Londres venía funcionando desde el siglo XVI (HIRSCH, 1995, p. 38)*’. A exigência dessas indenizações foi feita por via diplomática em 1879 e dois grupos de cidadãos acendiam a 90 mil e 50 mil libras (HOOD

apud HIRSCH, 1995, p. 38). Por essa razão, a Venezuela se viu obrigada a concertar acordos com a França, EUA e Inglaterra.

Em 1896, foi celebrado um empréstimo com a Companhia de Descontos de Berlim de 33 milhões de bolívares a uma taxa de interesse de 7%. Em 1901, a Alemanha reclama o pagamento de indenizações aos danos gerados pelas guerras civis aos bens de cidadãos alemães residentes na Venezuela, ao que a Venezuela se opôs amparada não somente no direito interno como na jurisprudência internacional e na opinião de tratadistas europeus e americanos à época (VELÁSQUEZ, 1977, p. 291 *apud* HIRSCH, 1995, p. 39). A situação econômica da Venezuela nessa época não gerava divisas suficientes para o pagamento dos compromissos contraídos e impostos (HIRSCH, 1995). Essa situação somada ao final da era da *pax britanica* gera após a invasão de La Guaira em 1902-1903 (já abordada nos capítulos anteriores) a consolidação da Doutrina Monroe ao negociarem os Estados Unidos um contrato que pôs fim ao conflito (OLIVEIRA, 2011; SEVERO, 2009). A distribuição dos rendimentos nacionais foi afetada nessa situação, tendo em mente que o rendimento nacional não se restringe à arrecadação fiscal mas também é composto pelos impostos arrecadados nas aduanas e pela renda petroleira, se essa receita é transferida ao exterior ou desviada aos bolsos de particulares o governo terá capacidade reduzida para cancelar as dívidas e o ingresso real diminuirá para as classes mais despossuídas (HIRSCH, 1995).

4.1.2 A crise do Endividamento Externo no Século XX

O montante da dívida externa contraído até 1936, no contexto da independência venezuelana e das guerras civis, composto pelos empréstimos do século XIX é cancelado no governo de Gómez (utilizando a receita proveniente do petróleo) (HIRSCH, 1995; SEVERO, 2009). A política de contrair novas dívidas volta a ocorrer em 1958¹⁷, para financiar projetos de desenvolvimento. Durante as décadas de 1950 e 1960 o endividamento foi moderado, em 1964 representou 2,3% dos rendimentos da conta corrente do balanço de pagamentos e 9% das reservas internacionais do BCV. O empréstimo contratado em 1960, teve como intuito sustentar o balanço de pagamentos que experimentava deterioração como consequência de elevadas e persistentes saídas de capital somadas à situação do mercado petroleiro. Além do aumento do endividamento externo algo que se verifica é a diversificação quanto a suas fontes a fim de cobrir o componente importado dos projetos de desenvolvimento (BATALLA,

¹⁷ Isso ocorre pelo trauma gerado pelo bloqueio de 1902, fazendo com que o país se eximisse de recorrer ao endividamento externo por muitos anos (HIRSCH, 1995)

CRAZUT, 1986) A tabela abaixo demonstra o aumento significativo do endividamento externo a partir da década de 1960:

Tabela 7 - Dívida Pública oficial em milhões de bolívares

A fines de	Deuda Pública Oficial en Millones de Bolívares						Total
	Externa		Interna		Flotante		
	Directa	Indirecta	Directa	Indirecta	Directa	Indirecta	
1940	0	0	1	0	0	0	1
1941	0	0	1	0	0	0	1
1942	0	0	10	0	0	0	10
1943	0	0	25	0	0	0	25
1944	0	0	26	0	0	0	26
1945	0	0	25	0	0	0	25
1946	0	0	31	0	0	0	31
1947	0	0	23	0	0	0	23
1948	0	0	23	0	0	0	23
1949	0	0	23	0	0	0	23
1950	0	0	15	0	0	0	15
1951	0	0	15	0	0	0	15
1952	0	0	7	170	0	0	177
1953	0	0	45	260	0	0	305
1954	0	0	35	423	0	0	458
1955	0	0	31	671	0	0	702
1956	0	0	27	672	0	0	699
1957	0	0	23	915	0	0	938
1958	54	596	19	469	0	0	1138
1959	37	403	323	501	524	941	2729
1960	688	278	653	534	187	219	2559
1961	646	199	910	608	187	219	2769
1962	594	153	874	551	187	219	2578
1963	427	265	679	645	117	100	2233
1964	470	386	248	678	93	57	1932
1965	537	428	205	787			1957
1966	607	535	165	838			2145
1967	594	742	194	1109			2619
1968	669	927	321	1327			3244

Fuente: Memorias del Ministerio de Hacienda, de la Contraloría de la Nación, del Banco Central de Venezuela y Documentos Presidenciales del Dr. Raúl Leoni.

Fonte: HIRSCH, A. E. V. *Negociación de la deuda externa pública venezolana*. p. 52. 1995. Caracas

Ao observar a variação dos preços do barril de petróleo em dólares, no ínterim entre os anos 1940 e 1964 o preço unitário de venda varia de 0,93 dólares e atinge seu ápice em 1957 quando é vendido por 2,70 dólares e no ano de 1964 seu preço é de 2,04 dólares. Essas informações dizem respeito ao endividamento externo uma vez que a consequência do comportamento das exportações e a tendência ascendente dos preços das mercadorias estabelecem uma relação de deterioração dos termos de troca refletindo a divisão internacional do trabalho, de 1957 a 1964 o deterioro da relação líquida de troca foi de quase cem por cento; isso é relevante porque influi de forma negativa na capacidade nominal para importar bens de alto valor agregado e investir e transformar a estrutura produtiva da

economia venezuelana demarcando um círculo vicioso de pobreza ou falta de poupança interna que motiva o executivo a endividar-se novamente (HIRSCH, 1995). Na tabela abaixo é possível observar o aumento representado pelo serviço da dívida até o ano de 1964:

Tabela 8 - Pressão da dívida pública externa na economia venezuelana

Presión de la Deuda Pública Externa			
(millones de U.S.\$)			
Años	Servicio de la deuda	Como porcentaje de:	
		Ingreso en cuenta corriente de la Balanza de Pagos	Reservas Internacionales del B.C.V. al 1-1-XX
1959	42	1,7	4,2
1960	147	5,8	20,9
1961	199	7,7	33,3
1962	181	6,9	31,7
1963	141	5,5	24,5
1964	72	2,8	9,7

Fuente: Banco Central de Venezuela.

Fonte: HIRSCH, A. E. V. *Negociación de la deuda externa pública venezolana*. p. 55. 1995. Caracas.

Segundo Medeiros (2008) os estudos de Celso Furtado sobre o endividamento externo venezuelano, apontam que a partir da década de 1970, com a elevação espetacular dos preços do petróleo houve a captação de maciços fluxos financeiros aprofundando os problemas estruturais da economia venezuelana, que caminhou na direção contrária à proposta por Furtado de transformar as rendas do petróleo em uma política voltada para o aumento da produtividade agrícola e industrial e deslocar os gastos públicos para realização de obras públicas com alto impacto social (AGUIAR, 2008, p. 145-146):

Caracas constitui hoje um espetáculo tão cabal de irracionalidade, que em si mesmo é algo entre fascinante e alucinante. O espetáculo da “dança dos milhões” de Havana do *boom* dos anos 20 e de Manaus do festival da borracha, de começo do século, reproduziu-se aqui em escala inconcebível (FURTADO, 1992, p. 269 *apud* MEDEIROS, 2008, p. 146).

No início da década de 1970, quando em 15 de Agosto de 1971 o presidente Nixon anuncia sua nova política econômica, e exerce grande influência no aumento do

endividamento externo venezuelano¹⁸. Somada a isso ocorreu a recessão mundial, as oscilações no preço do petróleo e a crise cambiária (CEPAL, 2013). Ao observar o balanço de pagamentos entre 1973 e 1983 é possível constatar a influência que as oscilações do preço do petróleo geram às contas do país assim como a saída de capitais que se intensifica em 1979, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 9 - Balanço de Pagamentos e Reservas Internacionais (1973-1983)

Cuadro 3-7											
Balanza de Pagos y Reservas Internacionales 1973-1983											
(Millones de US\$)											
	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
CUENTA CORRIENTE	877	5760	2171	254	-3179	-5135	350	4728	4000	-4246	4427
Exportaciones FOB	4803	11290	8982	9342	9661	9174	14360	19275	20181	16516	14759
Importaciones FOB	-2626	-3876	-5462	-7337	-10194	-11234	-10004	-10877	-12123	-13584	-6409
Saldo Comercial	2177	7414	3520	2005	-533	-2060	4356	8398	8058	2932	8350
Saldo de Servicios	-1189	-1455	-1176	-1519	-2363	-3268	-3599	-3231	-3649	-6539	-3712
Transferencias Unilaterales	-111	-199	-173	-232	-283	-407	-407	-439	-409	-639	-211
CUENTA CAPITAL	142	-1125	88	-2405	151	2649	246	-3524	610	3911	-3402
Errores y Omisiones	-475	-468	408	2146	2253	1525	514	-1211	-2139	-2385	-278
SALDO CUENTA CORRIENTE Y CAPITAL	544	4167	2667	-5	-115	-1561	1110	-7	2471	-2720	747
Creación Oficial de Reservas	112	2	-5	47	19	31	110	73	53	2935	-190
VARIACION DE RESERVAS INTERNACIONALES	656	4169	2662	42	-156	-1530	1220	66	2524	215	557
RESERVAS INTERNACIONALES	2412	6581	9243	9285	9129	1599	8819	8885	11409	11624	12181
B.C.V.	2401	6423	8856	8570	8145	6438	7740	7025	8619	10039	11149
F.I.V.	0	139	290	641	916	873	729	1483	2452	1521	689
Banca Comercial	11	19	97	74	68	288	350	377	338	64	343

En 1982 las reservas de oro del Banco Central, valuadas en \$ 42,44 la onza Troy, fueron revalorizadas. Por tanto, esta cifra incluye \$ 2955 millones por concepto de revalorización de las reservas de oro.

Fuente: Banco Central de Venezuela.

Fonte: HIRSCH, A. E. V. *Negociación de la deuda externa pública venezolana*. p. 61. 1995. Caracas.

No ano de 1974, o primeiro choque do petróleo gera para o país um incremento de aproximadamente 5% na conta corrente. Em 1974, a dívida diminui e existiu a possibilidade de pagá-la uma vez que o Banco Central sozinha possuía 6,4 milhões de dólares em reservas. No entanto, em 1976 com uma dívida externa irrisória o país toma a decisão de transformar a estrutura produtiva do país, por essa razão quando observada a taxa de crescimento interanual da dívida externa, contraída mediante leis de crédito público, experimentou um crescimento de 134%. Esse endividamento cresce significativamente porque deixa-se de utilizar o

¹⁸ Vários participantes no foro A Dívida Externa da Venezuela, disseram que o problema da dívida tinha sua origem nas decisões do Presidente Nixon em 15 de Agosto de 1971 (HIRSCH, 1995).

financiamento oficial,¹⁹ ao invés disso recorre-se à banca comercial contratando empréstimos a curto prazo, prática que se intensifica em 1976, e a taxas de juro variáveis. Os governantes do país enfrentaram um problema em relação a decisão de mudar seus credores e aceitar condições mais onerosas, isso se provaria quando em 1979 as taxas de juros aumentam fazendo a dívida aumentar significativamente (HIRSCH, 1995; PERNAUT, 1966; SILVA, 1994). O aumento da dívida de curto prazo, intensificado a partir de 1976, pode ser observado na tabelas abaixo é possível observar a progressão da diminuição da contratação da dívida externa com credores oficiais e o aumento da taxa de juro:

Tabela 10 - Dívida Pública Externa em milhares de milhões de dólares

Deuda Pública Externa
(Miles de Millones de U.S.\$)

Años	Largo y mediano plazo	Corto plazo	Corto plazo	Total
1973	1200	0	0	1200
1974	1100	0	0	1100
1975	1400	100	6,6	1500
1976	3300	1600	32,6	4900
1977	4700	2500	34,7	7200
1978	7300	3700	33,6	11000
1979	8200	6800	45,6	15000
1980	9700	7000	41,3	16700
1981	9500	9400	48,1	18900
1982	12100	7700	38,8	19800

Nota: No se incluye las deudas netas de los entes financieros del Estado.

Fuente: Banco Central de Venezuela y Ministerio de Hacienda.

Fonte: HIRSCH, A. E. V. *Negociación de la deuda externa pública venezolana*. p. 58. 1995. Caracas.

19 Ao comparar a dívida externa de 1964 e 1973 reduziu-se de 75% para 30% a parcela da dívida externa contraída com organismos financeiros internacionais de caráter multilateral assim como aumentam as obrigações contraídas por institutos autônomos e empresas do Estado chegando a 64% o componente da dívida que corresponde aos entes descentralizados e 36% ao governo federal (BATALLA, CRAZUT, 1986, P. 27)

Tabela 11 - Termos de contratação da Dívida Pública

Términos de Contratación de la Deuda Pública							
Años 1971-1980							
	1971	1973	1976	1977	1978	1979	1980
Tasa Promedio de Interés	6,8	7,1	7,1	7,3	7,9	13,4	12,5
Años Promedio de Vencimiento	10,5	13,6	7,3	7,4	9,8	7,3	7,3
Porcentaje de Acreedores Oficiales	35,3	26,9	5,3	11,3	7,2	4,7	3,9

Fuente: Banco Mundial. World Debt Tables.

Fonte: HIRSCH, A. E. V. *Negociación de la deuda externa pública venezolana*. p. 65. 1995. Caracas.

Foram significativos os aumentos da dívida externa entre os anos de 1977 e 1978, devido ao desequilíbrio no preço do petróleo internacionalmente, que gerou um déficit de 5,7 bilhões de dólares e teve como contrapartida a receita da nacionalização das indústrias do ferro e do petróleo e uma contração nas reservas de 1,5 bilhões de dólares. Essa situação se somou ao déficit consolidado do setor público, equivalente a 10,6% do PIB. Além disso, a partir de 1979 houve um êxodo dos fundos privados estimulados, em parte, pelo aumento na taxa de juros que começaram a reger nos mercados internacionais (CHESNAIS, 1996; HIRSCH, 1995). Ao observar a tabela 9, observa-se o aumento vertiginoso da dívida externa entre 1978 e 1982 (HIRSCH, 1995).

Entre 1979 e 1981 o preço do petróleo aumenta de forma extraordinária²⁰, igual à dívida externa. Existiu durante esse período sobrevalorização do bolívar (BAPTISTA, 1989, p. 122-124) e o congelamento da taxa de interesse nacional ao mesmo tempo em que a taxa de juros externa aumenta, produzindo um aumento de 7,9% a 13,4% de 1978 a 1979, como pôde ser observado na tabela 10, o que produz uma significativa fuga de capitais privados ao exterior. Paradoxalmente essa fuga tornou possível que o aumento da receita do governo coincidissem com o aumento do endividamento externo. Por essa razão o ligeiro declínio dos preços do petróleo em 1982 somado à fuga de capitais conduziu à crise cambial de 1983 (HIRSCH, 1995).

Em 1983, a dívida externa havia se tornado um dos problemas mais relevantes da economia venezuelana. No ano seguinte o governo de Jaime Lusinchi (1984-1989) recorreu

²⁰ Em 1978 o preço do petróleo venezuelano era de 12,04 dólares passando a 29,71 dólares em 1971, o que aponta um aumento de aproximadamente 2,5% (PDVSA, 1986)

nessa situação a um acordo com a banca credora, como ele mesmo definiu “o melhor financiamento do mundo”, isso significou que seu governo teve que adotar o ajuste recomendado pelo FMI para reestruturar o montante da dívida externa em 20.750 milhões de dólares (HIRSCH, 1995). Apesar do acordo ter sido negociado em 1984, somente em 1986 são firmados os contratos. Nesse então, entre 1985 e 1986, os preços do petróleo apresentaram uma queda abrupta passando de 25,89 dólares a 13,9 dólares. Posto isso, o país buscou com a banca a possibilidade de postergar os pagamentos trimestrais referentes à amortização de 1985 e 1986 e reabrir as negociações de 1984 (HIRSCH, 1995).

O Plano Baker, proposto em 1985 pelo Secretário do Tesouro Estado-unidense na reunião anual do FMI e do Banco Mundial, contemplava um empréstimo de 20 bilhões de dólares ao longo dos três anos seguintes; dessa quantia, um empréstimo de 7 bilhões de dólares procederia de bancos estado-unidenses, 13 bilhões de bancos de outros países e 9 bilhões pelas instituições financeiras internacionais, em especial BID e BM. Como condição a economia teria que seguir medidas econômicas orientadas à liberalização do comércio exterior e ao saneamento da economia interna ²¹(CEPAL, 2013; HIRSCH, 1995). No entanto, durante a vigência do Plano (1986-1988) foi registrada uma transferência negativa líquida de recursos da América Latina para o exterior (HIRSCH, 1995), como ilustra a tabela abaixo:

Tabela 12 - Transferência líquida de recursos para o exterior por conceito da dívida externa de longo prazo em milhões de dólares

América Latina y el Caribe: Transferencia Neta de Recursos con el Exterior por Concepto de la Deuda Externa de Largo Plazo 1/
(En Millones de Dólares)

Por acreedor	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Oficiales	8.569	5.752	2.808	1.138	-1.731	0
Multilaterales	7.508	5200	2.488	1.029	-2.252	-2.935
FMI 2/	5.745	2.715	573	-801	-1.668	-2100
BIRF	813	1.076	722	1.348	-449	-736
BID	950	1.409	1.193	483	-134	-99
Bilaterales	1.061	552	320	110	521	0
Privados	-18.571	-22.183	-24.951	-23.073	-16.88	0
Total 3/	-10.002	-16.431	-22.143	-21.935	-18.611	-28900

Fonte: HIRSCH, A. E. V. *Negociación de la deuda externa pública venezolana*. p. 82. 1995. Caracas.

²¹ Aqui estão incluídas medidas como: ajuste fiscal, eliminação de subsídios governamentais, privatização em grande escala, redução do salário mínimo e liberalização dos mercados financeiros nacionais (CEPAL, 2013).

No ano de 1988 a dívida pública externa venezuelana correspondia a um montante de 26.586 milhões de dólares (HIRSCH, 1995). Em fevereiro de 1987, ano em que o Brasil declarou sua moratória, a Venezuela negocia um novo acordo com a banca credora, a tabela abaixo ilustra os termos dos acordos de reestruturação da dívida externa antes e depois de 1987:

Tabela 13 - Acordos de reestruturação da dívida externa acordados com a banca credora em 1986 e 1987

Acuerdos de Reestructuración de la Deuda Externa Acordados con la Banca Acreedora en 1986 y 1987

Fecha del acuerdo	México (*)	Venezuela		Argentina
	Sep. 1986	Feb. 1986	26-2-87	15 abril 1987
Términos:				
Monto Reestructurado (MILL. US\$)	44000	20.750	24000	4200
Margen sobre LIBOR	0,8125%	0,875%	0,8125%	0,875%
Período (años)	20	14	19	12
Años de Gracia	7	Ninguno	7	5
Nuevos Préstamos Mill. US\$)				
Bancos Comerciales	12500	Ninguno	Ninguno	5880
FMI, BM, Otros	6000	Ninguno	Ninguno	1550
Oficiales	6500	Ninguno	Ninguno	4330

Fonte: HIRSCH, A. E. V. *Negociación de la deuda externa pública venezolana*. p. 67. 1995. Caracas.

Quando Pérez assume seu segundo mandato (1989-1993), a economia havia chegado a um elevado grau de artificialidade que tornava impossível continuar subsidiando as necessidades básicas da população para assegurar a paz social. Nesse então, o financiamento externo caracterizou-se pelo aumento constante do acesso aos mercados internacionais de bônus e registrou-se um crescimento do tamanho relativo do mercado da América Latina e Caribe a escala mundial. O financiamento via bônus passou a ser, depois do investimento estrangeiro direto (IED), a segunda fonte mais importante de financiamento externo da região. Os fluxos de bônus em direção a América Latina estiveram caracterizados por sua volatilidade a longo de toda década de 1990, a magnitude dos fluxos líquidos de capital privado chegou a estar estreitamente vinculado ao crescimento da região, o que expôs a vulnerabilidade da região às crises financeiras e interrupções de ditos fluxos (CEPAL, 2013).

Em 1989, é anunciada uma iniciativa governamental dos EUA, pelo Secretário do Tesouro, Nicholas Brady, introduzida pela emissão dos Bônus Azteca o Plano Brady pedia às agências de empréstimo dos EUA e organismos multilaterais (incluindo o FMI e o BM) que cooperassem com a banca comercial credora para reestruturar e reduzir a dívida dos países em

desenvolvimento que estavam aplicando os PAE. Muitos dos países que haviam deixado de pagar empréstimos bancários na década de 1980 começaram a converter os empréstimos vencidos de bancos comerciais em Bônus Soberanos reestruturados, os chamados Bônus Brady. Esses bônus impulsionaram o auge dos mercados de bônus dos chamados países em desenvolvimento na década de 1990 e contribuíram na redefinição da integração dos mercados de bônus na América Latina e Caribe na economia mundial. Na segunda metade dos anos 1990, alguns países entram voluntariamente no mercado para retirar Bônus Brady mediante *swaps* e recompras por eurobônus, o atrativo dos *swaps* da dívida para os países devedores era dobrado, por um lado havia garantia (título colateralizado) associada aos Bônus Brady (títulos de baixo rendimento do Tesouro dos EUA) que o país poderia empregar para fazer frente a outras obrigações e por outro lado era reduzido o nível da dívida pendente porque a troca se realizava a um desconto baseado nos preços do mercado secundário. Para o titular dos bônus a vantagem residia nos rendimentos mais altos dos bônus não-colateralizados (CEPAL, 2013).

A maior parte da dívida Brady foi emitida por países latino-americanos: Argentina, Brasil e Venezuela, que correspondiam a três quartos das quantidades originais pendentes no mercado de pagamentos. Durante a década de 1990, a maioria dos países latino-americanos melhoraram seu orçamento e posteriormente arrecadaram fundos no mercado de euro-bônus. Segundo o BID, foi emitido um volume total mundial de 175 bilhões de dólares em Bônus Brady, a Venezuela contava com uma parcela de 9% do total em 1990 (CEPAL, 2013).

O que foi verificado em matéria da dívida contemporânea da Venezuela desde o Plano Baker até o Plano Brady foi um incremento no serviço dos empréstimos, prazo de vencimento mais curto, aumento dos créditos com a banca comercial ao invés de fontes oficiais. O uso dos empréstimos não gerou os fundos necessários para cumprir o serviço da dívida e a amortização do juro (HIRSCH, 1995; BATALLA, CRAZUT, 1986).

O endividamento externo está intimamente ligado à segurança e defesa do país. É possível utilizar o endividamento externo a fim de romper o círculo vicioso da pobreza, no entanto, o endividamento se converteu em um problema a partir do não investimento dessa receita para integrar os três setores da economia. Falhas institucionais impediram a intermediação do sistema financeiro nacional e levaram o país a colocar recursos financeiros no exterior ao mesmo tempo em que a dívida crescia a somas similares. Esse último somado a ineficiência da utilização dos recursos provenientes do endividamento externo gera alta

vulnerabilidade, dado a adversidade sobre a qual se constitui o sistema internacional em relação aos países do chamado terceiro-mundo, o endividamento público externo se transforma em outra vulnerabilidade. A busca pela independência econômica mediante o acúmulo de capitais teve um efeito nocivo sobre a distribuição dos rendimentos, isso se acentuou como produto dos programas de reajuste neoliberais (HIRSCH, 1995).

As condicionalidades impostas pelos organismos financeiros limitaram a capacidade de autonomia dos gastos públicos do Estado (GRIFFITH-JONES, SUNKEL, 1990). É necessário inserir a pauta da importância do desenvolvimento nacional para uma melhor inserção na comunidade internacional. Dada a importância do problema do endividamento externo convém adotar critérios e objetivos que estejam sobrepostos à política partidária e assim assegurar a coesão e ampla participação na negociação, assim como na assignação e utilização dos recursos do país (HIRSCH, 1995).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, não dada como encerrada, e limitada dentro dos recortes temporais e espaciais aqui estabelecidos é possível realizar uma leitura do íterim do século XX desde a análise do fenômeno do endividamento externo à guisa dos movimentos populares que protestaram contra os ajustes neoliberais entre o final da década de 1980 e meados dos anos 1990, na América Latina. Testemunhamos as consequências dessas medidas sobre a população, e isso não ficou restrito somente à Venezuela.

A retomada de um ciclo de endividamento externo repousa em duas principais questões: a oscilação e queda nos preços do petróleo experimentadas a partir de 1986, o aumento da taxa de juros nos mercados internacionais (gerando em uma situação de instabilidade econômica e elevada uma fuga de capitais). O fenômeno é um reflexo da indigestão econômica da própria economia venezuelana, que por uma série de fatores aqui demonstrados, grande parte relacionada a uma racionalidade econômica dependente, não gerou um crescimento autossustentado como já analisado por Celso Furtado quando então entra em contato com a realidade venezuelana naquele então da década de 1950.

Outra questão importante é a análise desde a economia política da racionalidade do capital bancário e financeiro, nos casos analisados há a leitura de uma coincidência sobre as condições e os termos estabelecidos em todas as negociações, que tornaram as dívidas impagáveis. Outro fator a ser pontuado é o próprio peso da dívida privada externa, que o Estado é obrigado internacionalmente a pagar.

No Oitavo Plano da Nação por primeira vez se expôs o esgotamento de um modelo economicamente irracional, um modelo capitalista dependente. A insustentabilidade do modelo ocorre porque sua concepção teórica mostrou-se muito diferente quando aplicado à realidade venezuelana, na medida em que avançou o processo de substituição de importações aumentaram significativamente as importações ao mesmo tempo em que baixaram os preços do petróleo na década de 1980, estrangulando o modelo.

A burguesia, objeto de estudo do trabalho, foi em todo o globo a responsável pelo processo de industrialização e caminhada do capitalismo, as burguesias desenvolveram os países e as sociedades, estimularam o desenvolvimento de universidades e da tecnologia nos países centrais. O que ocorre no caso venezuelano e foi amplamente investigado pelas teorias marxistas e neomarxistas e que está presente nos estudos da teoria marxista da dependência é que na América Latina a burguesia nacional não existe porque na prática não

vê razão para defender-se do capital internacional, ao invés disso se alia a ele, assim foi construído o processo de industrialização venezuelano.

O elemento fundamental para ler o processo de endividamento externo venezuelano é sua conduta bancária e industrial nesse processo, uma vez que à margem da lei produziu um processo de endividamento cujo Estado absorveu e tornou-se parte substancial do montante da dívida. Isso também ocorre na medida em que o setor privado importa substancialmente mais do que exporta e o déficit desse setor deve ser coberto com o superávit das exportações do setor público. Além disso, a parcela dos dólares outorgados pelo Estado para importações de mercadorias é utilizada de forma fraudulenta em conjunto com o capital transnacional para que esse último concorra com a própria indústria venezuelana. Hoje em dia isso segue replicando-se, o capital transnacional vê no fator geopolítico a Venezuela como um atrativo (proximidade do Canal do Panamá e maior proximidade da China se comparado a Europa) nessa operação entra com a tecnologia e as patentes e, novamente, *desplaza* a própria indústria venezuelana, ainda na lógica de substituição de importações.

O endividamento externo atualmente continua sendo um dos temas mais penosos da realidade venezuelana, em 2017 se pagou integralmente somente o serviço da dívida, esse comprometeria aproximadamente 88% das exportações petrolíferas, a perspectiva é que até 2028 a Venezuela siga sendo um dos países com maior dívida externa acumulada na América Latina e dentre os países membro da OPEP. Isso mesmo depois de empreendido um estudo sobre quais diretrizes adotar para combater o endividamento externo. Mesmo tendo pagado antecipadamente a dívida com o Banco Mundial em 2007, essa demonstra ser uma ação insuficiente ao analisar as cifras do endividamento externo a partir de 2014, quando aumenta significativamente.

Ao analisar a burguesia e o endividamento externo após a crise da década de 1980 que se estendeu até meados dos anos 1990 e observando o panorama atual e possíveis cenários algumas ponderações podem ser realizadas, principalmente com a presença e observação física da realidade venezuelana em Agosto do presente ano. As diretrizes econômicas se assemelham em parte às do governo de Isaías Medina Angarita, com uma política econômica preocupada com a seguridade social. No que diz respeito à burguesia, houve um intento, assim como na gestão Angarita, de reverter o quadro de uma burguesia desnacionalizada. No entanto, não logrou sucesso devido aos seguidos casos de fuga de capitais dos *empresários de maletín* e da mentalidade dessa classe de não investir

produtivamente na economia. Por isso, também cabe pontuar que a empresa privada venezuelana não o é sem o auxílio econômico do Estado, ou seja, é profundamente dependente. Nesse cenário, é importante compreender as dificuldades atuais em longa perspectiva, inserindo o século XXI enquanto continuidade da história econômica onde está inserido. Os tropeços e dificuldades estruturais enfrentadas pelos governos bolivarianos fazem parte desse longo processo, passado e presente, de construção de um país, ou seja, nesse cenário é importante analisar amplamente o projeto de desenvolvimento econômico levado a cabo por esses governos que não fracassou apenas não se aprofundou. O Socialismo do Século XXI preconizado por Hugo Chávez na verdade continuou sendo o mesmo modelo capitalista dependente e com uma frágil e incipiente burguesia nacional, que, ainda que tenha feito um esforço teórico e prático de cidadania e segurança social, tropeçou nas dificuldades estruturais de própria mudança que não foi estrutural empreendida no pós-1998.

Existe uma miríade de razões econômicas e políticas para o endividamento externo, o intuito aqui é reiterar que esse não é um fenômeno que se reduz às cifras apresentadas nas tabelas durante o trabalho, esse é um fenômeno que faz parte da história econômica, da economia política e das Relações Internacionais, que está vinculado à vulnerabilidade externa, à defesa e segurança e também ao bem-estar dos povos latino-americanos.

REFERÊNCIAS

ALARCÓN, Pedro M. **La industria del petróleo en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1972.

ANTHONY, M.L.; HALLET, A. .J. H. How successfully do we measure capital flight: The empirical evidence from five developing countries. **Journal of Development Studies**. v. 28, n. 3. p. 538-556. Abril, 1992.

BAER, Monica, LICHTENSZTEJN; Samuel. **FONDO MONETARIO INTERNACIONAL Y BANCO MUNDIAL: Estrategias y Políticas del Poder Financiero**. Buenos Aires: Editorial Nueva Sociedad, 1986.

BAPTISTA, Asdrúbal. **Tiempos de Mengua: Los Años Finales de una Estructura Económica**. Caracas: Fundación Eugenio Mendoza, 1989.

BATTAGLINI, Oscar. **El medinismo**. Caracas: Monte Ávila, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRUNHOFF, Suzanne. A instabilidade monetária internacional. In: CHESNAIS, François (Coord). **A mundialização financeira: Gênese, custos e apostas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 39-65

BUSTILLO, Ines; VELLOSO, Helvia. **La montaña rusa del financiamiento externo: El acceso de América Latina y el Caribe a los mercados internacionales de bonos desde la crisis de la deuda, 1982-2012**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2013.

CALVANI, Aristides; LISCANO, Juan; SILVA, Carlos Rafael **Venezuela Moderna**. Caracas: Fundação Eugenio Mendoza, 1976.

CASTRO, Fidel. **La crisis económica y social del mundo**. La Habana: Cuadernos Revolucionarios, 1988.

CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: CHESNAIS, François (Coord). **A mundialização financeira: Gênese, custos e apostas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 7-36

_____. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, François (Coord). **A mundialização financeira: Gênese, custos e apostas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. P 337-386

CORREDOR, C.; DÍAZ, G.: "Políticas económicas aplicadas en Venezuela durante el período 1959-2007". Cuba, **Observatorio de la Economía Latinoamericana**. n. 105, nov 2008.

COUTINHO, L., BELLUZZO, L. G. M. "Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas". Campinas, *Economia e Sociedade*. n. 11, p. 137-150, 1998

CRAZUT, Ramón. **La siembra del petróleo como postulado fundamental de la política económica venezolana: esfuerzos, experiencias y frustraciones**. Caracas: Universidad Central de Venezuela - Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, 2006.

D'ORAZIO, Francisco. **Análisis económico aplicado a la industria petrolera: Del Ureca al Dorado: una visión completa de la historia petrolera venezolana**. Libros en Red: 2007.

FARNETTI, Richard. O papel dos fundos de pensão e de investimento colectivos anglo-saxónicos na expansão das finanças globalizadas. . In: CHESNAIS, François (Coord). **A mundialização financeira: Gênese, custos e apostas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 247-283

FIGUEROA, Federico B. **Historia Económica y Social de Venezuela**, Tomo 2. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1975.

Fundación Estudios del Futuro (FUNDAFUTURO) Org. **Cuando Venezuela Perdió el Rumbo: un análisis de la economía venezolana entre 1945-1991**. Caracas: Ediciones Cavendes, 1992.

FIORI, José L. Sistema mundial, império e pauperização: para retomar o pensamento latino-americano. In: FIORI, José L.; MEDEIROS, Carlos A. (organizadores). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, Vozes, 2001.

_____. "Formação, Expansão e Limites do Poder Global". In: FIORI, José L. (org.), **O poder americano**. Petrópolis, Vozes, 2004.

FURTADO, Celso. "Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais". In: **Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2008.

GABRIEL, Luciano F.; OREIRO, José L. C. Fluxos de capitais, fragilidade externa e regimes cambiais — uma revisão teórica. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 28 n. 2 (110), 331-357, Abril-jun 2008.

GRIFFITH-JONES, Stephany; SUNKEL, Osvaldo. **O fim de uma ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

GUTTMAN, Robert. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, François (Coord). **A mundialização financeira: Gênese, custos e apostas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 75-110

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRSCH, Alfredo E. V. **Negociación de la deuda externa pública venezolana**. Caracas: Ediciones de la Presidência de la República, 1995.

JURBERG, Rodrigo F. **A evolução da indústria petrolífera mundial e os impactos no comércio internacional de petróleo do século XXI após o início da exploração de fontes não convencionais pelos Estados Unidos**. Tese (Dissertação em economia) –Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 86. 2016.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 2a. edição. São Paulo: Global, 1982.

LIEUWEN, E. **Petróleo em Venezuela, uma historia**. Caracas: El perro y la rana, 2016.

MATA, Héctor M. **Formación histórica del antidesarrollo de Venezuela**. Caracas: Ediciones Rocinante, 1975.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Carlos A.; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: Fiori, José L. (Org.), **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**, Editora Vozes, 1999.

MEDEIROS, Carlos A. “Celso Furtado na Venezuela”. In: **Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2008.

MAHON, J. E. Jr. **Mobile capital and latin american development**. University Park: Pennsylvania: Penn State University Press, 1996.

MCLURE, C.E. Jr.. U.S. Tax Laws and capital flight from Latin America, **Inter-American Law Review**, v. 20 n. 2, p. 321-357. 1989

MORAES, Wallace S. **Por que Chávez chegou ao poder e como permanece por mais de uma década?** Um balanço dos onze anos de chavismo na Venezuela. In: Simpósio Nacional de História - ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. p. 1-16.

OLIVEIRA, Renata P. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 183. 2011.

OTYZA, Carlos. Los inicios de la industria petrolera em Venezuela – Reventón 1 y 2. 2011. (1h50m19s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vo44GM9tqO0>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

PERNAUT, Manuel S. J. Ardanaz. **Diez Año de Desarrollo Económico y Social em Venezuela**. Caracas: Universidad Catolica Andres Bello, 1966.

Petróleos de Venezuela (PDVSA). **Diez Años de la Indústria Petrolera Nacional 1976-1985**. Caracas: Cromotip, 1986.

ROZ, José S. **El Proconsul Rómulo Betancout**. Memorias de la degeneración de un país. Caracas: Monte Ávila, 2009.

SANDRONI, Paulo. **Balanço de pagamentos e dívida externa**. São Paulo: Ática, 1989.

SEVERO, Luciano W. **Economía venezolana 1899-2008: la lucha por el petróleo y la emancipación**. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2009.

SILVA, Carlos R. **Medio Siglo del Banco Central de Venezuela**. 2 ed. Caracas: Academia Nacional de Ciências Econômicas, 1994.

SMITH, Emílio J. M. **La Fuga de Capitales em Venezuela, 1950-1999**. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2005.

SOLOMON, Robert. **Dinheiro em movimento**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TAVARES, Maria C. “**A retomada da hegemonia americana**”. In: M. C. Tavares e J. L. Fiori (orgs.), **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997

TOUSSAINT, Eric. La Bolsa o La Vida. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

_____. **Banco Mundial, el golpe de estado permanente:** la agenda oculta del consenso de Washington. Caracas: Centro Internacional Miranda, 2006.

TRUJILLO, Manuel R. **Geografía Económica de Venezuela.** Caracas: Librería Mundial, 1968.

ZAVALA, DOMINGO F. M. La economía de Venezuela en la década de los ochenta. **Boletín de la Academia Nacional de Ciencias Económicas**, Caracas. V. 3 n. 7. pp. 29-71. 1987.